



BOLETIM CONTEXTO

— Janeiro 2018 —

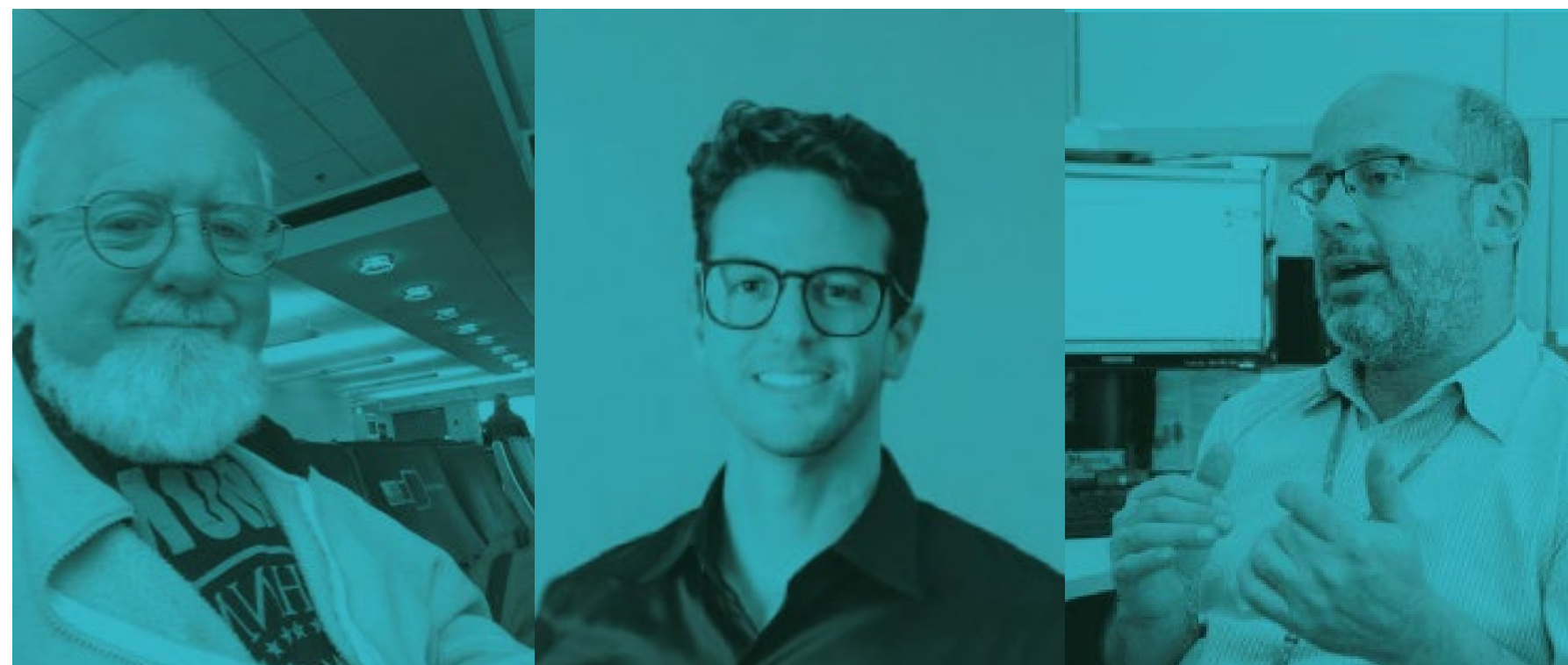
Nº 42 - ISSN 2178-583X



ABPMC

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA
E MEDICINA COMPORTAMENTAL

ENTREVISTAS



Bernard Guerin

Ghoeber Morales

Marcelo José Silva

RESENHAS DE ARTIGOS

- A distinção entre comportamento eliciado e emitido ainda é necessária?
- Desenvolvendo autocontrole em diferentes culturas:
O que nos mostra o Teste do Marshmallow?
- Aproximações entre o feminismo e a Análise do Comportamento

E MAIS

Diretoria ABPMC Gestão 2017-2018

Presidente

Felipe Lustosa Leite

Vice-presidente

Liane Jorge de Souza Dahás

Primeira Secretária

Renata da Conceição Silva Pinheiro

Segunda secretária

Luana Flor Tavares Hamilton

Primeira Tesoureira

Patrícia Moura Araújo

Segundo Tesoureiro

Bernardo Dutra Rodrigues

Conselho Consultivo

Jan Luiz Leonardi

Hélder Lima Gusso

Ariene Coelho

Marcela Ortolan

Denise de Lima Villas Boas

Lidiane Lins de Queiroz

Membros Permanentes do Conselho Consultivo

Bernard Pimentel Rangé

Denis Roberto Zamignani

Hélio José Guilhardi

Roberto Alves Banaco

Maria Zilah Brandão

Wander Pereira da Silva

Maria Martha Hubner

Claudia Kami Bastos Oshiro

João Ilo Coelho Barbosa

Isaías Pessotti

João Claudio Todorov

Denis Roberto Zamignani

Secretária Executiva

Natasha Mendes de Moura

Comissão de Publicação e Editorial

Presidente

Angelo A. S. Sampaio

Secretários

Hernando B. Neves Filho

Luiz Alexandre B. de Freitas

Paulo C. M. Mayer

Editor-chefe da RBTCC

Paulo Roberto Abreu

Colaboradores

Barbara Vasconcelos Cavalcante

Gabriel P. B. Gonçalves

Victor Hugo de Souza

Cindy Vaccari

Eveline Maria Nogueira Silva

Colaboradores Eventuais

Marcela Ortolan

Monalisa de Fátima Freitas
Carneiro Leão

Roberta Kovac

ERRATA

No número 41 o nome Kellen Laryssa Lima foi incluído indevidamente como membro do Conselho Consultivo. Participaram como Colaboradores Eventuais no número 41: Pedro Felipe dos Reis Soares, Virgínia Cordeiro Amorim e Renato Almeida Molina.

SUMÁRIO

04 | Editorial

ENTREVISTA

08 | **Bernard Guerin** em “Uma Análise sobre Saúde Mental e Psicoterapia”

RESENHA DE ARTIGO

24 | A distinção entre comportamento eliciado e emitido ainda é necessária?

ENTREVISTA

30 | **Ghoeber Morales** discute Psicoterapia e *Coaching Psychology*

RESENHA DE ARTIGO

37 | Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer

RESENHA DE LIVRO

40 | Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos

RESENHA DE LIVRO

44 | Diálogos em Análise do Comportamento

RESENHA DE LIVRO

47 | Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais – Vol 2

RESENHA DE ARTIGO

50 | Desenvolvendo autocontrole em diferentes culturas: O que nos mostra o Teste do Marshmallow?

ENTREVISTA

58 | **Marcelo José Silva** discute Segurança Comportamental e Análise do Comportamento nas Organizações

RESENHA DE ARTIGO

64 | Reflexões de B. F. Skinner sobre Educação e contribuições para a Psicologia Escolar

RESENHA DE ARTIGO

70 | Como tornar a ciência mais reprodutível?

RESENHA DE ARTIGO

73 | Punição e supressão em uma replicação de Skinner (1938) utilizando o Jato de Ar Quente

RESENHA DE ARTIGO

79 | Aproximações entre o feminismo e a Análise do Comportamento

Editorial

É com muito orgulho que publicamos o número 42 (número emblemático este, não?) do Boletim Contexto da ABPMC, compilando publicações realizadas on-line no endereço <https://boletimcontexto.wordpress.com>. Quando falamos acerca do desenvolvimento da cultura analítico-comportamental em nosso país percebemos que precisamos trabalhar em diversas frentes, e essa percepção se tornou bastante consolidada neste período que estamos à frente da gestão desta Associação. Ao invés de focar em apresentações do que consta neste volume, gostaria de usar este espaço para falar um pouco sobre as percepções em torno de nossa comunidade e sobre potenciais caminhos que podemos explorar.

O desenvolvimento de uma comunidade científico-profissional passa por alguns eixos. O ponto de partida vem de propiciarmos espaços de diálogo sobre produção de conhecimento de nossa área, tanto apresentando novidades como debatendo meticolosamente o que temos produzido enquanto cientistas do comportamento. Neste sentido, a ABPMC vem conseguindo se consolidar há anos com alguns empreendimentos. O mais óbvio vem do espaço de congregação de analistas do comportamento que é o Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, cuja 27ª edição será realizada entre 6 a 9 de setembro deste ano em São Luís, Maranhão. Este evento já faz parte da cultura analítico-comportamental

brasileira, permitindo que novos resultados de pesquisa e intervenções da área sejam apresentados para discussão. Permite que temas controversos ou polêmicos sejam debatidos em público para que possamos traçar caminhos comuns de ação. Possibilita que grupos e redes de produção de conhecimento e trabalho sejam formados. Leva ao contato com áreas de estudo e atuação que talvez ainda não conhecíamos. Introduz novos estudantes nesta comunidade verbal. E, não menos importante, permite que amizades sejam formadas e/ou fortalecidas. Além de tudo, torna possível uma participação direta de nossa comunidade nos processos decisórios da ABPMC através da Assembleia Geral Ordinária.

Ainda no tocante ao desenvolvimento científico da área, a ABPMC gere publicações que têm como objetivo difundir abertamente a produção da área em diversos formatos. A Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) é a revista científica gerida pela ABPMC, que visa publicar relatos de pesquisa e debates teórico-conceituais pertinentes para nosso campo, tendo sido o principal veículo analítico-comportamental de publicação de artigos da área no Brasil. A coleção Comportamento em Foco, sucessora da Sobre Comportamento e Cognição, é uma publicação no formato de livro que reúne capítulos referentes a trabalhos apresentados nos Encontros Brasileiros de Psicologia e Medicina Comportamental. O Boletim Contexto,

hoje publicando textos diretamente em seu blog no endereço citado anteriormente, visa publicações diversas referentes a artigos, entrevistas com profissionais da área e resenhas, visando uma comunicação mais direta e informativa, e volumes como este buscam compilar publicações do site. Gostaria de ressaltar que temos tocado o projeto de fundar a Editora ABPMC, cuja primeira publicação foi o livro “[Introdução ao Desenvolvimento de Softwares para Analistas do Comportamento](#)”, organizado por Hernando Borges Neves Filho, Luiz Alexandre Barbosa de Freitas e Nicolau Chaud de Castro Quinta. Esta editora visa ser mais um veículo de divulgação de estudos analítico-comportamentais para enriquecer a produção de conhecimento de

nossa comunidade. Cabe ressaltar que todas as publicações da ABPMC atualmente são de acesso livre por meios virtuais.

Além destas frentes, vemos que precisamos atuar para contribuir tanto para suporte a profissionais analistas do comportamento como para a oferta de serviços da área. Embora o Encontro e nossas publicações permitam contribuir para este eixo em termos de propiciar diálogo e divulgar conhecimento, a ABPMC vem sendo chamada para atuações mais diretas no sentido de organização da comunidade e em atuações mais políticas, de modo a auxiliar melhores condições de trabalho para analistas do comportamento e favorecer com que pessoas que procuram

nossos serviços possam ter acesso à qualidade no trabalho realizado. Com tal objetivo que em 2015 a ABPMC lançou o processo de Acreditação do Analista do Comportamento (<http://acreditacao.abpmc.org.br/>), visando criar um “selo de qualidade” para profissionais com formação, produção científica e/ou atuação reconhecidas na área.

Ademais, estamos passando por um momento particularmente conflituoso no tocante ao trabalho de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo. Por um lado, o trabalho de analistas do comportamento neste campo vem ganhando amplo reconhecimento social como um modelo de intervenção de alta eficácia para tal demanda, mas vem resultando em algumas dificuldades. Uma delas envolve a proliferação

de profissionais sem qualificação específica na área ofertando serviços, visto que a alta demanda por analistas do comportamento para atuar com autismo tornou o campo atrativo. Há, ainda, um cenário de insegurança jurídica no tocante à cobertura de planos de saúde para tais serviços, dificultando o acesso de famílias a esta intervenção ou favorecendo com que os planos aloquem profissionais sem qualificação específica para tal trabalho. Neste ponto, a ABPMC vem atuando prestando consultoria a famílias e profissionais em situações de disputas jurídicas, seja emitindo pareceres ou participando diretamente de audiências. Também temos participado de audiências públicas em órgãos de representação pública para defender demandas relativas a critérios de formação de qualidade para

atuar no campo. Temos conseguido algumas pequenas vitórias, auxiliando a reverter algumas decisões judiciais em favor de famílias que nos procuram, no entanto, ainda são pequenos grãos em um mar de areia. Temos uma Comissão de Desenvolvimento Atípico atuante que já produziu material informativo de qualidade (e.g., “[A formação do profissional que trabalha com ABA e TEA no Brasil: Recomendações preliminares](#)” e “[Ele é autista: como posso ajudar na intervenção?](#)”) e vem preparando ações que esperamos apresentar em breve. No entanto, assim como todas as lutas de nossa área, esta não é uma luta isolada da ABPMC e precisamos contar com maior engajamento de nossa comunidade para conseguirmos resultados de maior impacto e mais duradouros.

Ao falar em engajamento, chego ao ponto que mais me preocupa quanto ao nosso desenvolvimento. Infelizmente nosso país tem uma cultura democrática pouco desenvolvida, na qual práticas de debate, diálogo e participação ativa não são amplamente difundidas e às vezes são até mal vistas. Ainda esperamos muito que autoridades centrais resolvam nossos problemas, enquanto que soluções mais efetivas e amplas tendem a vir do debate e ações participativas. A ABPMC se coloca sempre aberta ao debate e convoca os membros de nossa comunidade a contribuírem com atividades da Associação. Aliás, todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho e das diversas

comissões são analistas do comportamento que alocam seu tempo para contribuir para nossa comunidade de modo voluntário. Críticas são sempre bem-vindas, especialmente quando acompanhadas de propostas de ação conjunta conosco. Assim, convido a todos a lerem o edital aberto para chapa da Diretoria Executiva e Conselho Consultivo (<http://abpmc.org.br/noticias.php?not=250>) e que busquem formar grupos para se candidatarem e tomarem as rédeas do nosso futuro enquanto comunidade, e que principalmente pessoas de nossa geração busquem se engajar para contribuir para a renovação da Análise do Comportamento brasileira.

Espero que vocês aproveitem este volume com entrevistas, resenhas e artigos de alta qualidade produzidos, organizados e trazidos a vocês pelo trabalho de uma excelente equipe que atua de modo incansável pelo desenvolvimento de nossa área. Desejo que se divirtam com a leitura!

Um abraço e nos vemos no XVII Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental.

**Diretoria Executiva da ABPMC,
Gestão 2017-2018**



ENTREVISTA

Bernard Guerín

*Bernard Guerín em “Uma Análise sobre Saúde Mental e Psicoterapia”:
entrevista para o Boletim Contexto
(por Marcela Ortolan)*

O professor australiano Dr. Bernard Guerín concedeu a esta entrevista para o Boletim Contexto em que fala um pouco sobre a sua trajetória como pesquisador de comportamentos sociais, as suas relações com a análise do comportamento, o cenário da análise do comportamento na Austrália e na Nova Zelândia, pesquisa comunitária, saúde mental e psicoterapia. Suas reflexões e críticas sobre esses tópicos trazem questões importantes e também alguns pontos polêmicos, como o porquê de ele não realizar mais pesquisas sociais em análise do comportamento apesar de utilizar seus princípios.

Leia a entrevista completa a seguir.

1. Como você se tornou um Analista do Comportamento?

Eu realmente não acredito que eu **sou** um analista do comportamento, ou sou qualquer coisa. Vou explicar em um minuto. Meu

principal treinamento foi em psicologia social experimental que atualmente está quase que toda voltada para as teorias cognitivas (eu tive um antigo professor que ainda ensinava a maravilhosa psicologia social pré-cognitiva). Então, fui treinado para resolver problemas teóricos fazendo experimentos em laboratórios com humanos para testar hipóteses acerca dos processos cognitivos das informações sociais. E isso continuou durante toda a minha formação até o doutorado.

Contudo, mesmo antes de ir para a Universidade, eu comecei a ler uma grande variedade de ciências sociais e filosofia e mantive um forte interesse nas outras ciências. Então, quando eu iniciei a minha graduação escolhi estudar filosofia, lógica, física, matemática e psicologia. Acabei fazendo majoritariamente filosofia, lógica e psicologia e acabei decidindo fazer o meu Honours Year* em psicologia. Ambas, minha tese de Honours e de doutorado foram em psicologia cognitiva social.

Eu fui sortudo de ter um orientador que me tolerou lendo de forma ampla. No início do meu doutorado li de forma sistemática Foucault, Deleuze, psicanalistas, pós-estruturalistas, sociologia, antropologia social, etc. Também me mantive fortemente ligado na etologia e quase fiz o meu doutorado em comportamento animal.

Acredito que todos esses interesses me deram uma visão de que era necessário mais para entender o comportamento humano do que qualquer campo do conhecimento poderia englobar. E como a análise do comportamento, a psicologia cognitiva social tem uma visão que pretende explicar ou ainda englobar todos esses outros campos do comportamento humano. A impressão é de que a psicologia cognitiva social (e mais tarde a análise do comportamento) poderia resgatar essas outras disciplinas e as colocar

no caminho certo, ainda que mais tarde eu percebi que essas outras disciplinas não precisavam ser resgatadas por ninguém. Fui muito sortudo de ter percebido isso cedo. Então a maior parte das crises teóricas e disputas acadêmicas que acontecem hoje eu já vivenciei de outras formas e em outros momentos e agora eles parecem um *déjà vu*.

Todos esses contatos precoces lendo e assistindo a seminários também me deram uma outra vantagem que só percebi mais tarde. Quando o tempo veio mudando ideias e direções eu não estava assustado com as outras disciplinas e fui capaz de ir além daquilo com o que estava confortável. Encontrei vários acadêmicos que ficaram assustados de abordar novas áreas, mas eu aprendi cedo (por serendipidade) a apenas fazer o que tem de ser feito! Alguns pesquisadores que eu conheço ficaram assustados em começar a ler

Foucault ou Deleuze, ou começar a realmente ler Marx ou ainda sociologia.

Na análise do comportamento um exemplo poderia ser o foco em “a antropologia social é o Marvin Harris”, ainda que ele seja pouco expressivo na antropologia social e os analistas do comportamento nem ao menos leem os outros teóricos do seu campo de pesquisa. Talvez pareça assustador ou ameaçador tentar entender todos os muitos outros principais trabalhos da antropologia social, mas eles têm muito mais para nos contar sobre o comportamento humano real e os comportamentos sociais se formos além dos seus jargões. Os analistas do comportamento, como em outras disciplinas, tendem a aderir aos autores que superficialmente parecem se assemelhar a aquilo que eles já estão dizendo. Eles poderiam aprender muito mais lendo em detalhes os grandes volumes das pesquisas de

campo se realmente desejam entender como os comportamentos culturalmente modelados trabalham de verdade.

Pelo final do meu doutorado eu estava também percebendo que experimentos laboratoriais com humanos não estavam dando o que eles prometiam, e não apenas porque eles eram embasados na psicologia cognitiva social. Poderia ter levado mais tempo para que eu percebesse isso, mas com base nos trabalhos de campo da etologia e da antropologia social eu sabia que nós poderíamos aprender mais e ajudar mais as pessoas com o uso de outras metodologias. Isso já aparecia na minha conclusão de doutorado: “... que nós devemos estudar as condições em vários cenários (i.e., contexto) ao invés dos padrões de respostas em si mesmo”.

O que eu realmente descobri nesse período da minha vida foi que, enquanto todos

ao meu redor também queriam ajudar as pessoas e melhorar a vida das pessoas, o laboratório de experimentação e simulações (a propósito, eu também fiz um monte de simulações no computador trabalhando com o comportamento social de humanos) não estavam conseguindo atingir isso. Havia apenas repetidas promessas de avanços futuros. Eu queria muito conseguir algo mais concreto e palpável e usar métodos que se envolvessem mais na vida real das pessoas.

“Nós devemos estudar as condições em vários cenários (i.e., contexto) ao invés dos padrões de respostas em si mesmo”

Novamente por sorte, como um estudante de doutorado, eu tinha amigos fazendo pesquisas nas áreas de modificação comportamental, a maioria em saúde e esporte. Eles não eram realmente analistas do comportamento, mas me fizeram ler essa área. Eu ainda tinha muitas ideias erradas sobre análise do comportamento, mas ela era mais concreta e engajada com as pessoas do que o que eu estava fazendo naquele tempo, e as intervenções eram feitas ao invés de serem apenas promessas, ainda que parecessem superficiais e não na vida real.

Nesse ponto eu tive dois golpes de sorte (entre os muitos privilégios que eu tive). Primeiro eu consegui uma bolsa de Pós-Doutorado na Universidade de Queensland que era aberta para qualquer tópico, então eu poderia estudar qualquer tópico que eu quisesse sem supervisão! O segundo foi quando, na minha primeira semana em Brisbane, a biblioteca

da universidade fez uma grande promoção de livros usados os vendendo por um dólar cada. Fui logo no primeiro dia e voltei para casa com duas caixas com quase todos os livros do Skinner, mais Hoing, etc. Tudo por um dólar cada!

Desse ponto em diante, pelos próximos dois anos de Pós-Doutorado, eu trabalhei sistematicamente lendo (como eu sempre havia feito) cada livro e artigo do Skinner. Estranhamente, eu amei o livro Schedules of Reinforcement (Esquemas de Reforçamento) com o Ferster. Embora eles trabalhassem com um ambiente ou contexto totalmente empobrecido (do ponto de vista dos meus estudos em etologia), eles observavam, descreviam e variavam cada parte das relações funcionais daquele ambiente empobrecido. Eles estavam mudando um comportamento real, embora em um ambiente empobrecido. De uma

forma engraçada, ler esse livro por duas vezes me deu o mesmo sentimento de ler por completo um livro (ou normalmente livros) de um trabalho de campo detalhado de um antropologista social, exceto que os últimos são mais contextualizados.

Não gostei tanto dos últimos livros do Skinner sobre seres humanos porque ele falhou em seguir a mesma metodologia, ele apenas teorizou sobre os achados do seu trabalho inicial e não fez observações sistemáticas do comportamento humano. Tendo visto e lido intrincadas complexidades do comportamento humano na antropologia social e outros lugares, as suas generalizações grosseiras não me agradaram. Ele apresentou bons argumentos para uma compreensão materialista e não essencialista do comportamento humano, o que foi ótimo, mas muitos outros autores que eu já havia lido também o fizeram.

Depois dessas leituras, por alguns anos, tentei vários experimentos com comportamento humano, agora usando os métodos “operantes”, entretanto eu sempre encontrava o mesmo problema que nos meus velhos experimentos em psicologia cognitiva social: eram artificiais, prometiam levar a aplicações incertas no futuro, perdiam o contexto – que eu sabia serem a parte mais importante como apontado pela antropologia social – tornavam ainda mais abstrato lidar com a falta de contextos reais, etc.

O meu estágio final como analista do comportamento foi conseguir um emprego na Nova Zelândia onde a Análise do Comportamento era grande e excelente, principalmente nas pesquisas com comportamento animal (um dia alguém deveria calcular a porcentagem de artigos publicados no JEAB por pesquisadores da Nova Zelândia!).

Aprendi muito mais sobre análise do comportamento com pessoas de lá. Comecei a ir aos congressos da ABA (algo em torno de 10 anos seguidos) e percebi que outros estavam tendo os mesmos problemas com experimentos na pesquisa experimental com humanos, mas ninguém estava falando muito sobre os problemas e nós todos estávamos apenas seguindo sozinhos como se nada estivesse errado. Comecei a chamar isso de “*professional acquiescence*” (condescendência profissional).

O auge do meu período como analista do comportamento foram os dez meses do meu sabático em que visitei quase todos os programas de Análise do Comportamento nos Estados Unidos e no Japão. Passei dois meses em Morgantown (West Virginia) e dois meses em Auburn (Alabama) e aprendi um monte, mas visitei também a maioria dos outros programas por períodos mais curtos (estive duas vezes em Reno!). Não apenas pude aprender

um monte como vi em primeira mão os problemas que todos estavam tendo com as pesquisas com comportamento humano. Aquele ano também foi memorável porque eu fui para os principais congressos da ABA, muitos congressos de Análise do Comportamento estaduais nos Estados Unidos, e no congresso da ABA japonesa e nos congressos de Análise do Comportamento em Londres e na Nova Zelândia, tudo isso em dez meses!

Uma coisa que aquele período sabático fez foi me convencer que as pesquisas com comportamento humano em todos os campos, não apenas em análise do comportamento, precisam ser mais engajadas com as pessoas e as suas comunidades porque elas constituem sistemas complexos. Quando eu voltei à Nova Zelândia, imediatamente iniciei um projeto que durou 9 anos de pesquisa participante comunitária com uma comunidade Somali. Não fiz mais nenhum experimento de laboratório

depois disso. Eu também comecei a pesquisar com colegas Maori e então, quando eu retornei para a Austrália alguns anos mais tarde, um projeto de pesquisa participante comunitária com Indígenas Australianos que durou cinco anos. Isso tudo feito em parceria com grandes colegas, porque não se pode fazer pesquisa comunitária sozinho. E uma vez que você tenha feito esse tipo de pesquisa, não há como voltar atrás. Você aprende muito mais e com muito mais certeza e validação.

Então, finalmente respondendo a sua questão, eu não me vejo com um analista do comportamento, ainda que siga as suas principais ideias e princípios. Não faço pesquisas para provar ou promover a análise do comportamento nem para mostrar que ela é superior e deveria sobrepujar ou resgatar as outras disciplinas. Eu apenas uso muitas das suas ideias sobre metodologias e formas de pensar sobre as pessoas. Não é um grupo social que

eu quero promover sobre outros ainda que a maioria dos analistas do comportamento que eu conheça sejam bons amigos. Entretanto, eles não são bons amigos porque eles pertencem ao clã da análise do comportamento ou são “um dos nossos”. Isso não é diferente da antropologia social para mim. Uso muito das suas metodologias e as suas ideias sobre relações sociais e culturais, mas eu não de-jeo ‘ser’ um antropólogo social e promover essa área sobre outras áreas.

“Pesquisas com comportamento humano em todos os campos precisam ser mais engajadas com as pessoas e as suas comunidades”

2. Como é o cenário da Análise do Comportamento na Austrália e na Nova Zelândia?

Um dos meus problemas iniciais quando eu me tornei obcecado pela análise do comportamento foi que não havia nenhum analista do comportamento na Austrália, exceto por alguns analistas do comportamento que trabalhavam com autismo ou alguns modificadores de comportamento que talvez tivessem lido algo do Skinner. Contudo, um pouco antes de me mudar para a Nova Zelândia, Vicki Lee chegou na Austrália (ironicamente vindo da Nova Zelândia) e nós tivemos um bom contato e chegamos a organizar um simpósio de um dia na conferência da Sociedade Australiana de Psicologia. Aprendi um monte com a forma dela pensar e recomendo para todos que leiam os livros e artigos dela.

Na Nova Zelândia a situação era o oposto, e todas as Universidades (eles têm apenas cinco) tem um laboratório que pesquisa

comportamento operante com várias pesquisas sendo publicadas no JEAB. Quando eu retornei para a Austrália as coisas estavam ainda piores e não havia programas de análise do comportamento aqui. A maioria das pessoas próximas à análise do comportamento trabalham com autismo ou educação, ainda que isso aconteça também nos Estados Unidos e no Brasil.

3. Como é o seu trabalho baseado em metodologias comunitárias?

Há um grande número de linhas nas pesquisas comunitárias que vem da psicologia, antropologia social, sociolinguística e de outras áreas. Os pontos principais são o envolvimento com as pessoas e participar ao longo do tempo. Você não entrevista as pessoas, mas conversa com elas repetidamente e informalmente. A principal vantagem que faz com que você permaneça fazendo esse tipo de pesquisa e não queira mais voltar ao laboratório é

que ao longo do tempo você checa e valida quaisquer dos seus achados discutindo suas pesquisas com as pessoas da comunidade e eles logo lhe contam se você está ou não está entendendo ou ainda se o seu entendimento é muito simplista.

Isso muda toda a noção de “conhecimento baseado em evidências” para um sistema complexo como as pessoas e o mundo em que elas vivem. Para mim, você não pode conseguir evidências para um comportamento que vem de um sistema complexo quando você busca isso nos contextos empobrecidos de laboratório ou em estudos muito controlados. Eu sei *porque* eles estão tentando controlar as variáveis (eu costumava fazer isso), mas sei que isso não funciona dessa forma em sistemas complexos. Na verdade, isso são os princípios da análise do comportamento em ação: se você olha para o comportamento em um contexto muito artificial e controlando

esse contexto produzirá comportamentos que não vão acontecer em outros contextos (como quando uma pessoa vai para casa). Essas condições controladas são contextos especializados em si mesmos e não há razão para que o comportamento encontrado nesses contextos aconteça em qualquer outro lugar no mundo da pessoa.

4. A Análise do Comportamento pode contribuir para a pesquisa comunitária de alguma forma? O que a Análise do Comportamento pode aprender com eles?

Voltando aos meus pontos iniciais, a análise do comportamento é comumente apresentada como uma entidade permanente ou um conjunto fixo de crenças ou ideias, enquanto vejo todas as áreas ou disciplinas como fluídas e eles apenas se tornam entidades quando formam associações ou clubes (que normalmente acabam enfraquecendo as áreas).

Então, vejo a resposta mais como: a pesquisa comunitária pode certamente usar algumas coisas aprendidas da análise do comportamento e vice-versa. Por exemplo, estou tentando guiar os pesquisadores que fazem pesquisa comunitária a fazer observações e documentar sistematicamente mais as *relações funcionais* entre o conjunto complexo de contextos das pessoas e seus comportamentos, ao invés de buscar teorias essencialistas.

A análise do comportamento também pode aprender com a pesquisa comunitária a realmente ir até a prática cultural e se envolver com ela ao invés de apenas falar sobre ela ou fazer modelos experimentais disso. Como eu escrevi antes, uma vez que você tenha feito isso não tem mais volta! E, ainda seguindo os próprios princípios da análise do comportamento, se as contingências estão lá fora, no ambiente da pessoa, então **você** deve estar lá também. Com a pesquisa comunitária você

“A análise do comportamento também pode aprender com a pesquisa comunitária a realmente ir até a prática cultural e se envolver com ela”

pode observar e documentar por longos períodos como mudanças do ambiente levam a mudanças no comportamento e também pode experimentar as relações funcionais por você mesmo, em primeira mão, porque você também participa desses contextos diretamente. Você pode fazer intervenções para mudar os ambientes se eles funcionam *com as* comunidades e não impondo as intervenções.

5. Recentemente você publicou três livros que fazem parte de uma trilogia. Você pode nos contar sobre os princípios que ligam os três livros?

Os três livros são uma tentativa de mostrar como nós podemos repensar várias ideias da Psicologia, do comportamento social e da Análise do Comportamento. Não com uma “grande teoria” definitiva ou mesmo uma coerente, mas com novas formas de pensar sobre a matéria em estudo. Isso tudo com o objetivo de explorar novas observações e intervenções ao invés de grandes teorias, e é direcionado a repensar a saúde mental, o que eu vou explicar em breve.

O primeiro livro aborda várias das questões filosóficas ou conceituais e muitas das possibilidades de repensar serão familiares a quem conhece Análise do Comportamento ou o trabalho de Arthur Bentley. Contudo, o livro traz

uma novidade: ele repensa a filosofia ocidental em termos de consequências sociais do uso da linguagem, aplicando isso na própria filosofia ocidental (Capítulo 5 e Apêndice). A única certeza ou verdade das palavras é o que as pessoas fazem quando falamos, como elas aprenderam a responder. Pensando dessa forma o objetivo difuso da filosofia ocidental tem sido desde sempre prover argumentos de como as palavras e teorias podem ser ditas para serem a mais certa verdade.

O segundo livro faz o caminho de integrar o que nós sabemos sobre o comportamento das pessoas em todas as ciências sociais e na Análise do Comportamento. Eu também uso esse livro como um livro didático para ensinar análise do comportamento social. Para um analista do comportamento é necessário ir além das micro-contingências da pesquisa com animais e olhar mais amplamente para as relações contingentes menos bem

definidas entre os nossos contextos de vida e como nós nos comportamos (claro, sem negar as micro-contingências presentes).

Então revisei o que nós sabemos sobre os contextos mais amplos das relações sociais, os contextos para as muitas práticas culturais, os efeitos de diferentes contextos econômicos, os contextos de vida que provêm diferentes oportunidades para pessoas diferentes, e os efeitos dos contextos históricos. Há ainda a revisão do que nós sabemos sobre os contextos de onde cada linguagem surgiu, o que vai bem além das categorias de comportamento verbal de Skinner e que eu acho muito mais prática e útil para a linguagem da vida real ou para a análise do discurso. Eu então aplico isso de uma forma mais radical para contextos externos ao pensamento e como o pensar é na verdade observável se nós o tratarmos como contingências verbais.

“O objetivo difuso da filosofia ocidental tem sido desde sempre prover argumentos de como as palavras e teorias podem ser ditas para serem a mais certa verdade.”

6. Você acabou de publicar o terceiro livro “How to Rethink Mental Illness” (Como repensar as doenças mentais, sem tradução para o Brasil). Você poderia nos contar sobre as suas concepções sobre saúde mental?

Esse livro segue os outros dois livros ao expandir o que nós entendemos pelo ambiente em que as pessoas estão inseridas e aplicamos

isso às questões de saúde mental. O comportamento das pessoas é modelado pelos seus ambientes, então os comportamentos relativos às doenças mentais são presumivelmente modelados por ambientes ruins. Se nós queremos mudar esses comportamentos, nós temos que mudar os ambientes em que esses ocorrem. O conceito é antigo: os comportamentos considerados doença mental são apenas comportamentos normais que todos nós fazemos, mas eles se tornaram errados ou exagerados por conta de ambientes ruins e em algum momento se tornaram disfuncionais.

Por isso, os truques são primeiro descrever os comportamentos tipicamente rotulados como sendo “problemas de saúde mental”, depois descrever os ambientes nos comportamentos comuns de “doença mental” surgem e, por último, descrever as relações funcionais comuns que existem entre esses dois.

Para esses **comportamentos**, eu “desconstruí” o DSM para encontrar todos os comportamentos que são listados como critério diagnóstico das principais doenças do DSM. Isso me possibilitou ver os comportamentos que realmente são observados e usados nos diagnósticos. Como o esperado, a maioria deles são comportamentos comuns, mas que estão em um ambiente conflituoso e também se apresentam de forma crônica ou se tornam exagerados. Também fui capaz de sugerir a tentativa de um novo caminho para agrupar esses comportamentos “brutos”: em 9 grupos funcionais ao invés de agrupamentos baseados na doença ou na topografia dos comportamentos como acontece no DSM.

Para os **ambientes**, eu olhei para uma ampla gama de ambientes naturais ou contextos: relações sociais, culturais, históricas, econômicas e as oportunidades disponíveis para as pessoas (Capítulo 2). Esses são todos contextos vitais para a modelagem de qualquer dos

nossos comportamentos. Então explorei alguns contextos mais específicos em que as pessoas podem estar vivendo e ter seus comportamentos modelados: opressão (mulheres, pessoas em situação de pobreza, refugiados), devastação (populações indígenas) e a modernidade.

O último contexto é interessante porque a modernidade é o maior contexto em que todos nós vivemos e eu sugiro que muitas das doenças mentais comuns vem puramente dessas condições novas em que nós somos forçados a viver. As contingências da modernidade vêm:

- de mudarmos de uma situação em que a maioria das nossas relações sociais são baseadas na família para uma situação em que a maioria das nossas relações são com estranhos que não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade conosco, e que nós podemos influenciar pelo dinheiro ou por meio

de outros estranhos (polícia, tribunais, etc.);

- da imposição da forma capitalista de distribuir recursos em todas as facetas das nossas vidas, mudando todas as contingências entre os nossos comportamentos e seus resultados;
- do uso de burocracias artificiais que modelam 90% do nosso comportamento dentro de padrões específicos;
- da mudança de contextos patriarcais baseados na família (como os descritos por Freud no início do século XX) para sociedades patriarcais baseadas em relações com estranhos.

Para as relações funcionais entre esses ambientes e os comportamentos eu notei que a maioria dos problemas de saúde mental envolvem **relações funcionais** que por várias razões não são fáceis de serem observadas. Isso

significa que psiquiatras e outros simplesmente não procuraram o suficiente pelas relações funcionais e não têm métodos para fazê-lo (a antropologia social faz um trabalho melhor na observação de ambientes reais). A armadilha é que quando você não consegue facilmente observar as relações funcionais então a explicação é atribuída a construtos hipotéticos tais como personalidade, cérebro, DNA, evolução, raça, etc., ou, no caso aqui analisado, a uma doença mental fictícia subjacente.

Então o que isso significa é que psiquiatras e psicólogos desde o final do séc. XIX têm se deparado apenas com aqueles casos em que as relações funcionais são difíceis de observar e não têm gastado muito tempo observando essas pessoas nos seus contextos naturais. Esses profissionais não têm tido tempo de fazer isso (e isso não é culpa deles) então “causas” e teorias abstratas têm sido inventadas pela psicologia e pela psiquiatria. Outros casos de

conflitos e problemas da vida são dados a assistentes sociais, *coaches*, conselheiros, autoridades religiosas ou são apenas contornados pelos amigos e pela família.

Eu vou dar alguns exemplos para deixar isso claro. Se a pessoa está em uma crise (chorando normalmente e ansioso) porque ele tem uma grande dívida, então as relações funcionais são fáceis de serem observadas e então esses casos serão encaminhados a uma assistente social ou a um consultor financeiro, provavelmente. Se uma pessoa está ansiosa demais para sair de casa porque tem um

“Os comportamentos relativos às doenças mentais são presumivelmente modelados por ambientes ruins.”

cachorro perigoso solto na rua, então parece haver uma relação funcional fácil para esse conflito e nós podemos chamar a carrocinha da prefeitura para resolver o problema ou então pedir ao dono que mantenha o cachorro preso. Mas se uma pessoa chora muito sem nenhuma razão aparente e está ansiosa demais para sair de casa, mas não consegue dizer o porquê, então nós não conseguimos identificar facilmente as relações funcionais e esses comportamentos serão encaminhados a um psicólogo ou um psiquiatra.

7. Como essa análise nos faz repensar a saúde e a doença mental?

Questões de saúde mental, dessa forma, são meramente essas tentativas de resolver os problemas normais da vida que com comportamentos que se tornaram exagerados ou presos em ambientes ruins e que são difíceis de ter as suas relações funcionais descritas. De outra maneira, eles não são diferentes dos

outros comportamentos: ainda são apenas comportamentos modelados pelas relações funcionais em nossos mundos. Eles não formam uma classe especial de comportamentos de forma nenhuma e não há nenhuma “doença” especial subjacente. Se há padrões nesses comportamentos, então é porque o ambiente tem padrões ou é estruturado.

Uma situação ubíqua, de difícil observação, das relações funcionais são aquelas em que a linguagem é usada. Nós raramente sabemos ou podemos observar a relações funcionais sociais que nos levam a dizer o que dizemos, então usos de linguagem que se tornaram disfuncionais serão comuns e serão encaminhado para os psiquiatras e psicólogos para tratamento. Isso mostra o porquê do grande crescimento das terapias cognitivas (da linguagem) e a ênfase das terapias de terceira onda em lidar com os usos da linguagem normal que de alguma forma deram errado. Nesses

casos nós precisamos de longas e difíceis observações das relações sociais que estão modelando o que nós falamos e pensamos; quem são as audiências para nossos pensamentos? Quem modelou os nossos pensamentos?

A mensagem para nós de tudo isso é que casos de “doença mental” são precisamente aqueles com relações de contingência difíceis de observar, então muito tempo

“A mensagem para nós de tudo isso é que casos de “doença mental” são precisamente aqueles com relações de contingência difíceis de observar”

e observação participante é necessária para desvendar as relações funcionais advindas desses comportamentos normais que estão em ambientes ruins e por isso se tornam crônicos ou exagerados assim que a função inicial do comportamento se tornou disfuncional. Analistas do comportamento têm as análises para lidar com isso de uma forma melhor, contudo eles têm estado muito imersos em análises de micro relações funcionais e não dos amplos contextos da vida humana, e eles não têm usado os métodos participantes para uma melhor observação contextual.

8. Recentemente você publicou um artigo na Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, que é um periódico brasileiro, sobre como diferentes psicoterapias funcionam. Nesse artigo você olhou para o comportamento dos psicoterapeutas e descobriu que as diferentes terapias são muito parecidas. Baseado

nos seus estudos de saúde mental, você acha que deveríamos mudar a nossa forma de fazer psicoterapia? E, em caso positivo, em que caminhos deveriam acontecer essas mudanças?

Esse artigo segue a linha do livro sobre saúde mental e poderia ter sido incluído nele se eu tivesse feito essa análise anteriormente. A questão foi: se comportamentos de “doença mental” são apenas comportamento normais modelados por ambientes ruins que não deram certo (se tornando crônicos ou exagerados) e se tornaram disfuncionais, então o que os psicoterapeutas fazem para mudar isso? Parti da premissa de que a maioria das psicoterapias são efetivas de algumas formas (elas não podem ser totalmente equivocadas!), mas que as “teorias” e palavras ditas sobre o que acontece na terapia são provavelmente fictícias em grande parte (mas de uma forma bem-intencionada).

O que eu fiz foi similar com a “desconstrução” do DSM que descrevi antes nessa entrevista. Peguei dois dos mais conhecidos livros didáticos dessas psicoterapias e listei todos os **objetivos de cada terapia** e todos os **comportamentos feitos na terapia**. Isso me deu uma grande lista para cada uma delas e então adicionei na leitura mais alguns livros didáticos sobre psicoterapia, livros escritos pelos próprios terapeutas, li transcrições de sessões e assisti a um grande número de vídeos dessas psicoterapias acontecendo.

Então, compilei um grande número de objetivos terapêuticos e comportamentos de 19 das mais conhecidas terapias, incluindo psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, ACT (terapia de aceitação e compromisso), terapia narrativa, terapia feminista, etc. Depois discuti como essas “teorias” e “conceitos” de cada uma das terapias poderiam ser vistos por uma mesma moldura comportamental/

contextual. O que encontrei foi que havia uma grande quantidade de semelhanças depois que você tira as elucubrações teóricas das palavras que estavam sendo usadas e olhava para os comportamentos concretos.

Para dar um exemplo, a terapia existencial fala sobre conquistar um importante objetivo pela terapia: a “autenticidade”. De um ponto de vista contextual, isso significa que a pessoa deveria ter uma forma de pensar (isso é, uma forma de falar) sobre si mesmo e sua vida que seja mais aceitável ou explicável pelas suas principais audiências. Isso se torna conceitualmente idêntico à ênfase das terapias narrativas em construir e modificar as histórias que as pessoas contam sobre elas mesmas para as suas audiências e também à ênfase junguiana de encontrar novas formas de pensar e falar o “self” durante o processo de “individuação”. Em todos esses casos, e em alguns mais, isso é o processo de remodelar a

linguagem que uma pessoa usa para falar sobre si mesmo então isso será mantido pelas suas principais audiências (que não precisam concordar com isso, perceba, apenas modelá-las; você pode modelar as crenças de alguém ao discordar delas). Essa remodelagem social na terapia é realizada por seu terapeuta, é claro.

Segundo esse exemplo para a fase de intervenção, a maioria das pessoas tem conflitos e problemas com as suas “histórias sobre si mesmos” nesses contextos de vida:

- quando a história não é congruente com a realidade;
- quando a pessoa está tentando lidar com audiências múltiplas e contraditórias (pessoas importantes na sua vida que esperam – consequenciam – diferentes histórias sobre quem você é);

- ou quando as histórias são boas, mas não conduzem aos recursos necessários para viver (contar uma história sobre quem você é em uma entrevista de emprego sendo honesto; ou histórias antigas da sua vida que já não são mais úteis no contexto atual).

Então essas palavras diferentes da Psicoterapia Existencial, Psicoterapia Analítica e da Terapia Narrativa são na verdade sobre remodelar comportamento verbal sobre o “self” por meio do uso do terapeuta como uma nova audiência. Trabalhar com o terapeuta nisso é bom porque é uma nova audiência com quem trabalhar para que a mudança aconteça, mas isso também é ruim porque as audiências naturais “em casa” podem ser mais poderosas e então a modelagem da terapia falha em sua manutenção ou podem mesmo se tornar a causa de mais conflito.

O que eu encontrei fazendo esse tipo de trabalho de tradução foi que todas as terapias – quando nós ignoramos todas as teorias, palavras, o marketing, e as explicações – eram muito similares tanto em seus objetivos quanto nos comportamentos que os terapeutas emitiam dentro da terapia. Na sequência, estudei os focos principais de todas as terapias e, ainda que elas tivessem alguns procedimentos diferentes e que usassem palavras e teorias muito diferentes para “explicar”, os principais focos eram:

- A relação social entre o cliente e o terapeuta
- Modelação, *role-play* e tarefas para casa
- Resolução de problemas
- Lidar com as relações sociais
- Lidar com o pensamento

- Lidar com a fala
- Olhar para contextos mais amplos

Todas as terapias estão fazendo essas coisas em um grau maior ou menor e de diferentes maneiras. O terapeuta era a audiência para modelar a maioria desses comportamentos, o que novamente levanta a questão de como esses comportamentos são mantidos quando o cliente volta para as suas velhas audiências e contextos de vida. Vou falar mais sobre isso abaixo.

Vou terminar com outra grande consideração sobre esse artigo e sobre o livro, colocando a terapia em uma perspectiva histórica. O artigo termina comparando os objetivos e comportamentos que acontecem na prática dos assistentes sociais e encontrou que assistentes sociais estão usando procedimentos quase iguais aos dos psicólogos, contudo de

maneiras diferentes e descrevendo-os com palavras diferentes (o termo deles “reestruturação” abrange uma boa parte do trabalho da Terapia Cognitivo Comportamental). O que eles fazem **melhor** que os psicoterapeutas é que: eles vão mais até os contextos de vida das pessoas observar, participar e intervir ao invés de apenas ficar no consultório; e eles consideram as questões econômicas, políticas, patriarcais e as oportunidades no contexto analisado muito mais do que a maioria dos terapeutas (exceto das terapeutas feministas em alguns casos).

O que isso sugere é que não há mais um lugar ou papel “especial” para a psicologia e a psiquiatria, pois as minhas análises comportamentais/contextuais apontam que:

- esses profissionais não fazem nada de especial ou único na terapia;

- não há mais nenhum domínio especializado da mente, alma ou psique;
- não há mais nenhuma “doença” especial que leva a comportamentos de doença mental, apenas ambientes ruins que precisam ser mudados.

Isso pode sugerir que as psicoterapias têm uma ênfase importante nas questões do uso da linguagem pois a Terapia Cognitivo Comportamental (Cognitiva = uso da linguagem) e as terapias de terceira onda focam nisso. Contudo, eu também sugiro no

“Não há mais um lugar ou papel “especial” para a psicologia e a psiquiatria”

artigo que essa ênfase no uso da linguagem pode ter sido modelada por outra razão: para lidar com o problema de como o comportamento que é modelado pelo terapeuta pode ser mantido fora do consultório, quando o cliente volta para casa. Se o terapeuta participasse mais na vida concreta dos clientes, como os assistentes sociais fazem, então seriam capazes de modelar os comportamentos diretamente nesses ambientes e pelas pessoas que são mais prováveis de o cliente estar envolvido normalmente. A ênfase na cognição ou na modelagem da linguagem deve ser na verdade apenas uma forma de tentar garantir a manutenção fora do consultório do terapeuta.

Outro resquício histórico é também a grande ênfase de todas as terapias na relação terapeuta-cliente. É óbvio que ela é importante, mas na verdade ela apenas surge porque são dois estranhos que estão em uma relação

contratual – eles não se conhecem. Quando a família, a comunidade ou a igreja estava lidando com os problemas eles envolviam pessoas que já possuíam um relacionamento e realmente conhecem muito uns dos outros. Isso é, a ênfase em construir uma relação entre o terapeuta e o cliente é um artefato da modernidade em si mesmo.

Assim, o futuro que eu prevejo é esse: que as pessoas vão continuar a ter problemas nos seus ambientes e tentar mudar esses ambientes com comportamentos normais que se tornarão crônicos ou distorcidos e levarão a mais problemas e disfunções. Para mudar essas questões de “saúde mental”, contudo, nós precisamos de **especialistas que sejam especializados em ambientes de vida comum e como eles conduzem (pelas suas relações funcionais) a problemas**. Nós não precisamos de especialistas em psicologia geral, psiquiatria, assistentes sociais ou ainda de analistas

do comportamento. Essa conclusão decorre das análises comportamentais/contextuais em que eu acredito.

Por exemplo, se uma pessoa jovem tem problemas com drogas então ela não precisa de um “especialista” que entenda genericamente de comportamento humano ou da mente, o que ela precisa é de um especialista nesses ambientes que levam as pessoas jovens a terem problemas com drogas e como nós podemos mudar esses ambientes. Isso vai envolver alguém com bom conhecimento participativo de problemas da cultura, econômicos e relacionamentos baseados em uma boa compreensão da modernidade, ao invés de alguém com conhecimento genérico de uma “mente” humana abstrata ou teorias da cognição.

Obrigada por seu tempo, Marcela.

A distinção entre comportamento eliciado e emitido ainda é necessária?

Bárbara Vasconcelos Cavalcante

Em 2016, Michael Domjan publicou seu artigo “Elicited versus Emitted Behavior: Time to Abandon the Distinction”, no qual faz um apanhado histórico de livros e experimentos acerca dos condicionamentos clássico e operante, apontando a necessidade de revisarmos

nossas definições com base nas evidências e análises encontradas nos últimos anos. Por meio de sua análise, vemos que as diferenças entre comportamentos emitidos e eliciados não são tão claras quanto se supunha antigamente, apesar de as concepções antigas ainda serem repetidas nos trabalhos atuais.

O uso do termo “emitido” surgiu de trabalhos que buscavam estabelecer o condicionamento operante como uma nova forma de aprendizado, diferente do condicionamento Pavloviano. Esta nova forma de aprendizado foi estabelecida primeiro por Thorndike (1898), que reconheceu e demonstrou empiricamente que comportamentos poderiam ser alterados pelas consequências que produziram, e até hoje é creditado por isso. Porém a Lei do Efeito de Thorndike possui outros detalhes que já não são mais mencionados. Não há distinções entre comportamentos emitidos

e eliciados. Para Thorndike, o reforçamento altera propriedades dos estímulos que precedem a resposta reforçada, aumentando a probabilidade de que, em futuras aparições deste estímulo, haja a resposta.

Anos depois, em “The Behavior of Organisms”, com experimentos nos quais ratos ganhavam comida ao pressionar uma barra, Skinner (1938) defendeu o condicionamento de respostas a partir de reforçamento, chamando esse processo de aprendizado de “Tipo R”, complementando o condicionamento clássico dos reflexos (aprendizado “Tipo S”). Keller e Schoenfeld (1950), repetiram a caracterização dos dois tipos de aprendizado de Skinner com algumas especificações adicionais: o aprendizado respondente abrangendo todas as respostas, condicionadas ou incondicionadas, das quais sabemos o estímulo eliciador; e o aprendizado operante

compreendendo todas as respostas emitidas mais ou menos independentemente de um estímulo identificável (p. 49). O uso dos termos “emitido” e “eliciado” por eles fez surgir uma tradição na Análise do Comportamento.

Domjan chama atenção à caracterização de comportamentos operantes como independentes de estímulos identificáveis em sua ocorrência. Com base nisso, Skinner, em *Ciência e Comportamento Humano* (1953), afirmou possuir maior interesse neste tipo de comportamento, em vez dos comportamentos respondentes, que possuem estímulos antecedentes mais delineados.

Ainda hoje, analistas do comportamento privilegiam o controle dos reforçadores em detrimento da influência dos antecedentes (como Miltenberg, 2015, e Catania, 2013), e a espontaneidade de comportamentos emitidos

(Cooper, Heron e Heward, 2007; Iversen, 1992; Catania, 2013). Catania (2013), por exemplo, escreveu que respostas são consideradas como emitidas quando ocorrem espontaneamente, tendo outras causas que não estímulos.

Skinner, aceitava a visão do condicionamento Pavloviano prevalente em sua época, o qual ocorria por meio do processo de pareamento entre um estímulo incondicionado e um estímulo inicialmente neutro. Assim, este condicionamento não possibilitava novos comportamentos, apenas deixava as respostas sob controle de novos estímulos. Skinner também mencionou em diferentes textos (1938, 1953) que o condicionamento clássico diz respeito primariamente à fisiologia e à economia interna do organismo, relegando-o a um status secundário na Análise do Comportamento. Outros autores também

“Ainda hoje, analistas do comportamento privilegiam o controle dos reforçadores em detrimento da influência dos antecedentes.”

defenderam essa visão, como Cooper et al. (2007), Miltenberg (2015) e Michael (2004).

Porém, pesquisas com condicionamento clássico que utilizam respostas de bicar o disco por pombos, de pressionar barras por ratos e outros procedimentos de laboratório mais comuns envolvem o uso de músculos estriados. Catania (2013), percebeu isso, ao

dizer que condicionamento respondente não pode ser interpretado apenas como substituições de estímulos e é capaz de afetar diferentes respostas, não apenas as eliciadas pelos estímulos incondicionados.

Para Domjan (2016), a distinção entre *elicido* e *emitido* não é consistente com outros aspectos da Análise do Comportamento. Em *Ciência e Comportamento Humano*, Skinner (1953), afirma que “espontaneidade” indica a ausência de evidência, uma fraqueza na explicação científica atual, mas não uma explicação alternativa. Para um comportamento ser espontâneo, sua ocorrência seria aleatória e independente de condições ambientais. Organismos com comportamentos aleatórios não poderiam coordenar suas ações no mundo. Mesmo quando não há uma contingência vigente entre comportamento e reforço em experimentos, o comportamento de ratos, por

exemplo, envolve a exploração do ambiente de forma sistemática como visto em vários experimentos (com mais persistência próximo às paredes em vez do centro, e em partes salientes das caixas em vez de paredes lisas).

Outro aspecto que torna inadequada a definição de comportamentos operantes como emitidos espontaneamente diz respeito a todas as respostas operantes inevitavelmente ocorrerem na presença de estímulos específicos, que aumentam a probabilidade da resposta ser evocada quando eles se fazem novamente presentes. Quando se especifica o comportamento operante, também se define uma quantidade limitada de experiências sensoriais que o acompanham. O estímulo antecedente pode não evocar a resposta operante num primeiro momento, mas, após o reforço, o estímulo passa a exercer controle sobre ela. Posteriormente, a importância

dos antecedentes foi reconhecida por Skinner com a necessidade de se identificar todos os três termos de uma contingência (antecedentes, respostas e consequências). Se há um estímulo antecedente que atua no comportamento operante, este não pode ser caracterizado como ocorrendo espontaneamente.

Domjan (2016) faz várias análises de diferentes experimentos que revelam como as limitações impostas para as definições atuais de comportamento respondente e operante nem sempre correspondem com os resultados encontrados em laboratório. Estes e Skinner (1941) desenvolveram uma metodologia chamada resposta emocional condicionada (no original *conditioned emotional response*) para estudar o condicionamento de respostas emocionais, em especial as relacionadas ao medo. Para tanto, o estímulo incondicionado era choque e o

condicionado era um som que foi pareado com o choque. A resposta de medo condicionada é a supressão da resposta de pressionar a barra que fornecia comida. Porém, a resposta incondicionada ao choque era

“ Para um comportamento ser espontâneo, sua ocorrência seria aleatória e independente de condições ambientais. Organismos com comportamentos aleatórios não poderiam coordenar suas ações no mundo.”

um espasmo curto, súbito e violento, que aparenta ser bastante reflexo. Já a resposta condicionada que passa a ser apresentada diante do som é um longo período de imobilidade. Dada a diferença entre as respostas, Michael afirma que o condicionado não pode ser visto apenas como transferência de controle do estímulo incondicionado para o condicionado. Esta conclusão também foi reconhecida por Estes e Skinner.

Em 1975, Timberlake e Grant realizaram um experimento com ratos utilizando comida como estímulo incondicionado. A introdução de outro rato era o estímulo condicionado que foi apresentado imediatamente antes da comida. Houve aumento no responder do rato condicionado ao rato que era o estímulo condicionado. Entretanto, ao invés de respostas de manipulação ou de glândulas digestivas, elas eram de orientação, aproximar-se,

cheirar e realizar contatos sociais com o rato inserido. Se, em vez de um rato, fosse inserido um pedaço de madeira de tamanho parecido, o comportamento observado era apenas o de orientação. A natureza da resposta condicionada depende em parte da natureza do estímulo condicionado.

Marian e Keller Breland, em 1961, realizaram uma série de experimentos com comportamento operante de animais com contingências diferentes das que costumavam ser utilizadas, descobrindo o que foi chamado de *misbehavior*, comportamentos que apareciam ao longo das sessões de condicionamento sem que fossem reforçados ou até mesmo atrasando o reforço. Os comportamentos de *misbehavior* apareciam com frequência quando a contingência vigente exigia que o animal soltasse ou desse objetos. No exemplo citado por Michael, um

porco deveria pegar uma moeda e depositá-la numa caixa para receber comida. Apesar de conseguir fazê-lo, ao longo do treinamento ele começou a brincar com a moeda em vez de depositá-la. Skinner (1969) atribuiu o *misbehavior* à intrusão de respostas produzidas por contingências filogenéticas, respostas instintivas estabelecidas pela evolução. Tal explicação não era muito frutífera para as pesquisas. Breland e Breland (1961), caracterizaram o *misbehavior* como uma “derivação instintiva” que emergia durante os treinamentos. No entanto, estudos contemporâneos sugerem que o *misbehavior* não é um tipo de resposta único a demonstrar interação entre contingências filogenéticas e ontogenéticas, isto está presente em todos os condicionamentos, tornando-o importante para qualquer estudo, incluindo os de comportamento operante. Investigações nas últimas décadas têm descoberto que mesmo o comportamento de

bicar de pombos e de pressionar barras em ratos podem não ser tão arbitrários quanto parecem. Contingências filogenéticas teriam modelado estes animais de forma que bicar e pressionar são respostas muito provavelmente relacionadas a conseguir comida em cada espécie. Brown e Jenkins (1968) demonstraram que, mesmo sem precisar de nenhum comportamento para receberem comida sob um intervalo fixo, os pombos passavam a bicar a lâmpada que acendia antes da comida.

Domjan (2016) conclui que as diferenças estabelecidas entre comportamentos emitidos e eliciados se originaram a partir de visões sobre condicionamento clássico e operante que não mais correspondem aos resultados dos experimentos. Mesmo Skinner reconheceu que caracterizar um comportamento como *emitido* é abandonar o rigor científico com a atribuição de uma espontaneidade. Os

estímulos antecedentes são parte essencial da contingência de três termos e de sua influência sobre os comportamentos. Além disso, o condicionamento clássico não depende apenas de mecanismos fisiológicos, suas respostas envolvem interações que possibilitem o acesso do organismo a reforçadores como comida, água e parceiros sexuais. Estas respostas não são apenas reflexos e também não são controladas apenas por seus antecedentes. Se há diferenças consideráveis entre *emitido* e *eliciado*, manter estes termos requer a especificação das condições e do grau de diferenças e semelhanças. Trata-se de uma diferença quantitativa, e não qualitativa, e determinar onde a linha que os separa seria estabelecida é um problema. Para Michael, eliminar os termos *eliciado* e *emitido* simplificaria a diferença entre condicionamento clássico e operante e traria mais consistência ao debate diante das evidências atuais.

Um resumo de: Domjan, M. (2016), Elicited versus emitted behavior: Time to abandon the distinction. *Journal of Experimental Analysis Behavior*, 105: 231–245.

As referências utilizadas neste resumo estão presentes no artigo:

Breland, K., & Breland, M. (1961). The misbehavior of organisms. *American Psychologist*, 16, 681–684.

Brown, P. L., & Jenkins, H. M. (1968). Auto-shaping of the pigeon's key-peck. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 11, 1–8.

Catania, A. C. (2013). *Learning*. (5th ed) Cornwall on Hudson, NY: Sloan Publishing.

Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2007). *Applied behavior analysis*, 2ª edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson.

Estes, W. K., & Skinner, B. F. (1941). Some quantitative properties of anxiety. *Journal of Experimental Psychology*, 29, 390–400.

Iversen, I. (1992). Skinner's early research: From reflexology to operant conditioning. *American Psychologist*, 47, 1318–1328.

Keller, F. S., & Schoenfeld, W. N. (1950). *Principles of psychology*. New York: Appleton Century-Crofts.

Michael, J. J. (2004). *Concepts and principles of behavior analysis*. Kalamazoo, MI: Association for Behavior Analysis International.

Miltenberger, R. G. (2015). *Behavior modification*, 6th ed. Boston: Cengage Learning.

Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Thorndike, E. L. (1898). Animal intelligence: An experimental study of the associative processes in animals. *Psychological Review Monograph Supplements*, 2(4), i–109.

Timberlake, W., & Grant, D. S. (1975). Auto-shaping in rats to the presentation of another rat predicting food. *Science*, 190, 690–692.



ENTREVISTA

Ghoerber Morales

Ghoerber Morales discute Psicoterapia e Coaching Psychology

O Boletim Contexto entrevistou o Psicoterapeuta e *Coach* Ghoerber Morales. Nessa entrevista Ghoerber conta um pouco de sua trajetória profissional (incluindo uma sólida formação em Análise do Comportamento), discute as diferenças entre a psicoterapia e o *Coaching*, analisa a grande disseminação do *Coaching* no Brasil e alerta para a necessidade de usarmos uma linguagem mais acessível quando nos comunicarmos com o público em geral.

1. Ghoerber, muito obrigado por aceitar conceder essa entrevista. Você pode nos contar brevemente como foi a sua trajetória profissional até agora?

Agradeço pelo convite e oportunidade de contar um pouquinho da minha história e compartilhar algumas ideias que venho pensando recentemente. De forma breve, me formei em Psicologia na UFMG em dezembro de 2003 e engatei o Mestrado em Análise

do Comportamento na PUC/SP (2004–2006). Fui professor na graduação e pós-graduação em duas instituições privadas em Belo Horizonte de 2006 até 2013 (todas as disciplinas e estágios com enfoque na Análise do Comportamento). Em 2013 pedi demissão, fundei uma empresa e de lá para cá trabalho 100% como autônomo – oferecendo palestras e *workshops*, além de continuar atuando como terapeuta (minha grande paixão desde a faculdade e com início da atuação em 2004), e como coach há 4 anos. Mais recentemente, há cerca de um ano e meio, fui contratado pela empresa Academia do Psicólogo para desenvolver e ministrar uma Formação em *Coaching* exclusiva para psicólogos.

2. Você trabalhou como professor em cursos de graduação de Psicologia e pós-graduação em Psicologia Comportamental e Análise Aplicada do Comportamento. O que o fez abrir mão da vida acadêmica?

Depois de aproximadamente 5 anos, comecei a ficar bastante incomodado com a enorme quantidade de demanda institucional repassada ao professor, excesso de trabalho em casa, bem como com a forma como a educação ocorre (muitas vezes) em nosso país hoje. Dar aula para muitas pessoas que estavam basicamente interessadas apenas “no canudo” (diploma), com pouca dedicação e comprometimento, apesar de todos os esforços dispensados por mim ao preparar excelentes conteúdos e discussões, passou a me frustrar muito. Comecei a ficar com a sensação de que minha vida estava passando e eu não estava desfrutando-a como queria.

3. O que diferencia o seu trabalho como terapeuta comportamental e como coach?

No *Coaching*, trabalho com um contrato fechado com 10 ou 15 sessões (com algumas variações), voltado para o alcance de um objetivo bastante específico. Faz-se um grande

recorte na vida do cliente e o trabalho é voltado o tempo todo para atingir tal objetivo (não importa se o objetivo se refere a algo da vida pessoal ou profissional). Exemplos de objetivos poderiam ser: aumentar em 20% o faturamento da empresa; tornar-se referência em cirurgia plástica na cidade em que reside (sendo que isso para o cliente significaria atender 5 novas consultas particulares/semana, realizar pelo menos 15 procedimentos minimamente invasivos/mês e 10 cirurgias/mês, ganhar um salário de pelo menos R\$ 30 mil/mês, etc.); passar numa prova de residência ou concurso; alcançar um novo cargo na empresa; decidir quais rumos profissionais seguir dentro da profissão atual, etc. Enfim, em todos estes exemplos, estamos falando de um indivíduo que obviamente tem problemas na vida, como qualquer outra pessoa, mas consegue lidar com as adversidades de uma forma boa o suficiente para que isso não funcione como um entrave emocional, e de um sujeito que está desejoso e escolhe,

neste momento da vida, atingir um objetivo específico e pontual, que trará benefícios importantes para os demais setores de sua vida. Em resumo, num processo de *Coaching* estamos falando de um trabalho de curta duração (10, 12 ou 15 sessões costumam durar de 4 a 10 meses aproximadamente, com sessões espaçadas) com pessoas que, muitas vezes, estão já relativamente bem instrumentalizadas comportamental e emocionalmente, necessitando apenas de um “acompanhamento mais próximo e individualizado” (de alguém que se coloque como um parceiro nesta jornada rumo ao alcance de seu objetivo). No processo terapêutico (sem “início, meio e fim” pré-definido como ocorre no processo de *Coaching*), uma análise e compreensão minuciosa da história de vida do cliente, para ajudá-lo a compreender seu modo de funcionar, bem como ajudá-lo na alteração de possíveis padrões que o atrapalham, trazendo dificuldades e sofrimento, costuma ser frequente e se dá de forma bastante aprofundada. Obviamente

há também clientes em terapia “funcionando bem”, com níveis de sofrimento que não representam entraves emocionais (e que poderiam se beneficiar de um processo de *Coaching*, por exemplo), mas cuja demanda costuma se desdobrar para outras questões, também importantes, em que o autoconhecimento aprofundado e a compreensão dos motivos pelos quais a pessoa se comporta de dada maneira, em diferentes contextos, guia todo o processo. Ou seja, no processo terapêutico não há um foco tão específico e um prazo pré-estabelecido para o alcance de um objetivo (como ocorre no *Coaching*), fazendo com que o processo se dê de forma bem diferente.

“No processo terapêutico não há um foco tão específico e um prazo pré-estabelecido”

4. Além dos cursos específicos de *Coaching*, você fez algum curso específico em outra abordagem da psicologia para executar seu trabalho como *coach*? Você acredita que haja alguma abordagem da psicologia que facilite uma formação e atuação posterior em *Coaching*? Qual?

Não, não fiz nenhum curso específico em outra abordagem. Além das Formações em *Coaching* que eu fiz (e continuo fazendo), mantenho a Análise do Comportamento como referencial para guiar meu modo de compreender o ser humano, bem como auxiliá-lo. O *Coaching* utiliza-se de diferentes áreas do saber e ciências na construção de sua metodologia, sendo que a Psicologia (independentemente de qualquer abordagem) é sua principal fonte. Em 2015, num congresso de *Coaching* que participei nos Estados Unidos, e para o qual estou retornando este ano, o que mais vi foram palestrantes

que eram psicólogos pesquisadores de Harvard, das mais diversas abordagens teóricas, trazendo resultados de pesquisas sobre comportamento humano e agregando-os ao *Coaching*. O que precisa ficar claro, e que às vezes acredito que para muitos psicólogos ainda é difícil, é que quando se tem clareza e tranquilidade de que o maior bem que podemos fazer ao outro é ajudá-lo genuinamente (sem se apegar a “brigas internas” que a Psicologia ainda às vezes mantém, com as diferentes “igrejinhas” e abordagens disputando com as outras por isso ou aquilo), a forma de fazê-lo é o que menos importa, desde que feito de forma ética e respeitosa. Nas Formações em *Coaching* que tenho ministrado, recebemos psicólogos das mais diversas abordagens e isso tem sido excepcional, já que cada profissional traz uma contribuição a partir do seu referencial teórico. Todos ali têm um mesmo objetivo, que é ajudar o cliente no alcance de algo que faz muito sentido para si. Cada um recebe o *Coaching* e,

inevitavelmente, faz “leituras psicológicas” a partir de seu referencial teórico de preferência, mas acredito que mais do que haver uma abordagem que facilite uma formação ou mesmo que auxilie na atuação posterior como coach, o que conta é a abertura de cada psicólogo em relação ao *Coaching*. Portanto, não acredito que haja uma ou outra abordagem na Psicologia mais interessante e mais preparada para o *Coaching*. O que conta, no fim das contas, é a atitude de cada profissional frente a todo este conhecimento.

5. Você emprega algo do que aprendeu nos cursos de Análise do Comportamento no seu trabalho atual como coach?

O manejo clínico que eu aprendi (e que continuo tendo ao atuar como psicólogo clínico) faz toda a diferença ao conduzir processos de *Coaching*, na minha opinião. Num processo, de *Coaching*, inevitavelmente estamos suscitando questões que fazem com que o

cliente lide diretamente com suas emoções, com impactos importantes sobre seu comportamento como um todo. Um bom manejo clínico (sem que o processo de *Coaching* se perca e vire terapia) é fundamental. Fora isso, tudo o que eu aprendi com a Análise do Comportamento continua perpassando minha prática profissional, serve de base para minha atuação profissional no geral.

6. Como você vê a grande disseminação do Coaching que ocorreu no Brasil nos últimos anos?

A disseminação eu vejo com excelentes olhos, já que acredito que o *Coaching* pode beneficiar muitas pessoas que querem impulsionar e potencializar suas vidas. Já a enorme banalização, vejo com muito pesar (apesar dessa banalização não se limitar apenas ao Brasil, acredito que estamos vivendo seu auge por aqui). Mas o que mais me dói é ver, ainda, um ENORME preconceito por parte dos

psicólogos a respeito do *Coaching*. Profissionais que mal sabem o que é *Coaching* e que engrossam o caldo das críticas e da banalização. Psicólogos com medo e chateados (com razão, penso eu) por estarem perdendo espaço para “coaches de final de semana”, que infelizmente algumas vezes estão sim oferecendo processos de *Coaching* para demandas que são, certamente, demandas para um psicólogo, para um processo terapêutico. No entanto, à medida que a Psicologia não se apropria do *Coaching*, à medida que mais psicólogos, sem mesmo saber do que se trata o *Coaching*, “torcem o nariz” e engrossam o caldo do preconceito, mais e mais a Psicologia mantém sua imagem social desgastada como uma profissão que só ajuda pessoas “loucas”, em profundo sofrimento, etc., etc., etc., mantendo o estigma social. Afinal, você já deve ter reparado que para muita gente é super bacana dizer que está indo ali no coach... Poucos ainda falam “de boca cheia” que estão indo ali no psicólogo. Acredito

“O Coaching faz uso primordialmente dos resultados científicos que a Psicologia tem produzido”

que é nosso dever conhecermos a fundo o *Coaching* (como há mais de 15 anos tem ocorrido nos departamentos de Psicologia das principais instituições dos EUA, Inglaterra e Austrália, no movimento intitulado “*Coaching Psychology*” – se você não conhece nada, vale a pena dar um Google e se surpreender). Já que o *Coaching* faz uso primordialmente dos resultados científicos que a Psicologia tem produzido, o que me incomoda mesmo é ainda ver tamanho preconceito de muitos colegas “psi”. Particularmente, não defendo que apenas psicólogos deveriam atuar como *coaches*, até porque isso fere as bases do *Coaching* em si, mas não tenho dúvida

de que todo o nosso conhecimento e habilidades desenvolvidas ao longo da graduação em Psicologia (sem contar os demais cursos, pós-graduações e experiências após a formatura) nos coloca numa posição privilegiada na condução de bons processos de *Coaching*.

7. Em uma conversa informal você me disse que achava importante evitar o “comportamentês” ou “behaviorês” ao se dirigir a um público leigo, por quê? O que você sugere ao invés disso?

O “behaviorês”, para o público leigo, é uma chatice! Não é assim que a gente vai atingir as pessoas da melhor forma possível e sim falando “a língua deles” (que é “a nossa língua” no cotidiano da vida). Afinal, queremos ou não queremos ajudar as pessoas? Caso sim, a forma como nos comunicamos tem que fazer sentido para elas em primeiro lugar, e não para nós. Nas instituições de ensino, nos congressos, tudo bem falarmos “behaviorês” (apesar

de que acho que isso mais nos atrapalha do que nos ajuda, pois nestes ambientes refinamos nosso treino para falar “behaviorês”, no lugar de refinarmos nosso repertório para nos comunicarmos com quem consome os nossos serviços e o nosso conhecimento, a nossa ciência). Quando uma autora como a Glória Perez, por exemplo, coloca “A Força do Querer” como título de sua novela, ela está se comunicando claramente com as pessoas, que podem se conectar mais facilmente à sua obra, aumentando assim a probabilidade de assistirem aos episódios, etc. Vai chamar isso de “A magnitude do reforçamento positivo” ou “O papel das operações estabelecedoras no estabelecimento do comportamento” pra você ver? Tô trazendo um exemplo chulo, mas é por aí! Se acreditamos que a Análise do Comportamento é tão importante e útil, penso que devemos ensiná-la e disseminá-la de uma forma que faça sentido para as pessoas que se beneficiarão das tecnologias por ela produzidas.

8. Além de terapeuta e *coach*, você oferece workshops pelo Brasil e até em outros países. Que mudanças você acredita que este trabalho pode produzir nas pessoas que participam?

Estes *workshops* costumam funcionar, muitas vezes, como sensibilizadores da importância de olharmos para a vida que estamos construindo, nos responsabilizarmos por ela e efetuarmos algumas mudanças, se assim o desejarmos. Têm funcionado como um convite para cuidar do que realmente importa para cada um, tanto pessoalmente como profissionalmente. Os *workshops*, em si, costumam produzir ações efetivas rumo a determinados objetivos e, eventualmente, alguns dos participantes optam por investirem mais tempo num processo terapêutico ou mesmo de *Coaching*.

9. Como tem sido o seu contato com a comunidade de analistas do comporta-

mento após você ter direcionado parte do seu trabalho ao *Coaching*?

Menor do que antes, já que nos últimos anos optei por me aprofundar mais nos estudos sobre *Coaching*, frequentando então mais congressos sobre o tema do que sobre Análise do Comportamento, por exemplo. Além disso, até dentro da nossa comunidade senti certo preconceito por parte de alguns profissionais por ter me tornado *coach*.

10. O que você tem a dizer aos estudantes e recém-formados que estão interessados em trabalhar com *Coaching*?

Gostaria de fazer um convite não só aos estudantes e recém-formados, mas a todos os psicólogos, para que tenham abertura para conhecer um pouco mais de perto sobre o *Coaching*, especialmente sobre o *Coaching Psychology*, visto que eu acredito que nós psicólogos temos o dever de, gradualmente,

educar a sociedade para a importância que um “psicólogo-*coach*” pode ter na trajetória pessoal e profissional de uma pessoa e dentro das organizações.

Para não perder a oportunidade, seguem a seguir algumas definições de “*Coaching Psychology*”:

De acordo com Grant (2006, p. 16), trata-se da “aplicação sistemática da ciência comportamental para o aprimoramento da experiência de vida, desempenho no trabalho e bem-estar de indivíduos, grupos e organizações que não possuem problemas mentais clinicamente significativos ou níveis anormais de angústia”. Em termos gerais, *Coaching Psychology* transita entre a Psicologia do Esporte, Aconselhamento, Psicologia Clínica, Organizacional e Psicologia da Saúde. O *Coaching Psychology* apropria-se, de forma prática, de todo e qualquer conhecimento advindo da Psicologia (independente

da abordagem teórica), utilizando-se para isso de técnicas, ferramentas e metodologia do *Coaching* a favor da população “funcionalmente saudável”, a fim de facilitar mudanças e promover o bem-estar.

Segundo Palmer e Whybrow (2005, p. 8), o Coaching Psychology é uma prática voltada para psicólogos e que tem suas raízes na Psicologia como forma de integrar os seus conhecimentos sobre o ser humano a fim de desenvolver formas de intervenção que promovam o bem-estar e o desempenho tanto individual quanto de grupos e organizações. Para os autores trata-se da “[...] aplicação de princípios e teorias psicológicas para apoiar a prática de *Coaching*”.

Deixo aqui também alguns links como sugestão de leitura:

www.coachingpsychology.com.br

GRANT, Anthony M. A personal perspective on professional coaching and the development of coaching psychology. In: *International Coaching Psychology Review*. v. 1 n. 1, p. 12–22, Apr., 2006. Disponível em: <<http://www.instituteofcoaching.org/resources/personal-perspective-professional-coaching-and-development-coaching-psychology#sthash.qShGnTpc.dpuf>>; Acesso em: 4 nov. 2015.

GRANT, Anthony M.; CAVANAGH, Michael. *Coaching Psychology: how did we get here and where are we going?*. [S.L.: s. n.], 2007. Disponível em: <<https://www.psychology.org.au/publications/inpsych/coaching/>>; Acesso em: 5 abr. 2016.

GRANT, Anthony M. Developing an agenda for teaching coaching psychology. In: *International Coaching Psychology Review*. v. 6 n. 1, p. 84–99, Mar., 2011. Disponível em: <<http://www.performancepeople.org/>

[assets/teach_coaching_psychology.pdf](#)>; Acesso em: 5 abr. 2016.

GREEN, L. S., Oades, L. G., & GRANT, A. M. *Cognitive-behavioural, solutionfocused life coaching: Enhancing goal striving, well-being and hope*. *Journal of Positive Psychology*, 1, 142–149. 2006.

HARVARD EXTENSION SCHOOL. *Science of Coaching Psychology*. [S.L.: s. n.], 2015. Disponível em: <<https://www.extension.harvard.edu/academics/courses/science-coaching-psychology/14506>>; Acesso em: 7 abr. 2016.

PALMER, Stephen; WHYBROW, Alison. The proposal to establish a Special Group in Coaching Psychology. In: *The Coaching Psychologist*. n. 1, p. 5–12, July, 2005. Disponível em: <<http://www.choixdecarriere.com/pdf/6573/2010/GyllenstenPalmer-July2005.pdf>>; Acesso em: 6 nov. 2015.

Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer

Gabriel Paes de Barros Gonçalves

Acompanhamento Terapêutico é um fazer realizado por psicólogos que costuma ser voltado ao tratamento de casos que demandem intervenções mais intensivas. O acompanhante terapêutico (AT) tem trabalhado

com pessoas com transtornos psiquiátricos, dependência química, deficiência física, com dificuldades no processo de escolarização, entre outros. Diversos analistas do comportamento têm produzido sobre Acompanhamento Terapêutico e algumas definições são encontradas na literatura, mas não há uma definição operacional deste fazer. Beltramello e Kienen (2017) apresentam como a Análise do Comportamento, em especial a Programação de Ensino, pode contribuir para sistematizar e delimitar as classes de comportamento definidoras desse fazer.

As definições do AT apresentam algumas características em comum, tais como: sua subordinação a um psicólogo ou à equipe da qual faz parte; ser responsável por um importante elo entre o cliente, a família e as demais pessoas envolvidas; ou ser uma ferramenta para prevenir que os pacientes se tornem pacientes clínicos. Essas características, no entanto,

não explicitam os comportamentos envolvidos nesse fazer. Além disso, o uso de metáforas como “importante elo”, “prevenir” e “pacientes clínicos” dificulta uma definição operacional do Acompanhamento Terapêutico.

Por não haver delimitação, sistematização e consenso na literatura, Beltramello e Kienen (2017) buscam caracterizar, de forma crítica, diferentes contribuições da Psicologia e da Análise do Comportamento para uma definição do Acompanhamento Terapêutico. Para isso, apresentaram contribuições da Análise e Programação de Condições para o Desenvolvimento de Comportamentos (subárea da Análise do Comportamento comumente denominada Programação de Ensino), que podem ser utilizadas para propor uma definição mais precisa desse fazer.

O que hoje é denominado Acompanhamento Terapêutico no Brasil surgiu no século

XX, por meio de movimentos político-ideológicos como o movimento Antipsiquiatria, a Psiquiatria Democrática e a Psicoterapia Institucional. A contestação do modelo hospitalocêntrico foi contexto para que os profissionais de saúde começassem a atender casos considerados mais graves por meio de fazeres opostos à internação. Desde então, esses fazeres receberam diferentes denominações, como: atendente psiquiátrico, auxiliar psiquiátrico, amigo qualificado e, mais recentemente, AT. Essas diferentes denominações se referem a fazeres constituídos por diferentes teorias, procedimentos e normas éticas, e que não se restringem a uma área de conhecimento específica ou a uma profissão.

É possível, portanto, aproximar fazeres de analistas do comportamento com o Acompanhamento Terapêutico? Para responder a essa pergunta, Beltramello

e Kienen (2017) destacam pontos da Modificação do Comportamento, da Terapia Comportamental e da Análise do Comportamento Aplicada que se assemelham ao fazer do AT.

Assim como modificadores do comportamento, o AT trabalha com procedimentos de observação e análise de comportamentos “diretamente” no ambiente em que ocorrem, bem como com a demonstração de relações de determinação entre variáveis na vida do cliente. O modelo de Modificação do Comportamento era de transpor conhecimentos do laboratório diretamente para a prática. Isso gerou críticas que denunciavam a superficialidade das intervenções e violavam a liberdade pessoal dos indivíduos. Por conta dessas críticas, novas formas de atuação surgiram, como a Terapia Comportamental. Esta adotou novas práticas, como a análise

“Assim como modificadores do comportamento, o AT trabalha com procedimentos de observação e análise de comportamentos “diretamente” no ambiente em que ocorrem, bem como com a demonstração de relações de determinação entre variáveis na vida do cliente.”

funcional, utilizada como procedimento para a análise de comportamentos, e que também se assemelha com o fazer do AT. Outra área que possui semelhanças com o Acompanhamento Terapêutico, é a Análise do Comportamento Aplicada. A delimitação dessa área fortaleceu o rigor científico na aplicação de procedimentos na prática do analista do comportamento e também de que a intervenção tenha relevância social, características que vão ao encontro do fazer do AT.

Os autores apresentam a Análise e Programação de Condições para o Desenvolvimento de Comportamentos como uma subárea que possui contribuições tecnológicas para a investigação das variáveis componentes e definidoras do Acompanhamento Terapêutico. Por meio do exame da literatura, por exemplo, é possível identificar e derivar classes de comportamentos e seus constituintes

“Por meio do exame da literatura, por exemplo, é possível identificar e derivar classes de comportamentos e seus constituintes (classes de estímulos antecedentes, classes de respostas e classes de estímulos consequentes), o que possibilita examinar quais classes de comportamentos compõem o fazer do Acompanhante Terapêutico.”

(classes de estímulos antecedentes, classes de respostas e classes de estímulos consequentes), o que possibilita examinar quais classes de comportamentos compõem o fazer do Acompanhante Terapêutico.

A identificação das classes de comportamentos definidoras do Acompanhamento Terapêutico permite descrever esse fazer de forma clara, objetiva e precisa. Um exame cuidadoso dessas classes faz com que os comportamentos identificados ou derivados possam ser submetidos à avaliação experimental, e permite programar condições para o desenvolvimento desses em aprendizes.

Um resumo de: Beltramello, O. e Kienen, N. (2017). Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, (8)1, 61-78. doi: 10.18761/pac.2016.034

Resenha de Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos

*Monalisa de Fátima Freitas
Carneiro Leão*

A resenha a seguir foi escrita pela Dra. Monalisa Leão a pedido do Boletim Contexto. Monalisa Leão é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPAR, fez Mestrado em Análise do

Comportamento e Especialização em História e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Londrina, e Doutorado em Teoria e pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará, com período sanduíche na Universidade de Harvard e Fundação B. F. Skinner. Ela é Editora Associada do Boletim Operants da Fundação B. F. Skinner e dedica-se preferencialmente às questões conceituais do Behaviorismo Radical e às relações entre Análise do Comportamento e Biologia Evolutiva. Boa leitura!

A psicologia, desde seus primórdios, foi alvo de inúmeras críticas e é, ainda hoje, um campo de conhecimento com confusão conceitual. Partindo-se de uma concepção de história não progressista, isso não implica que tal ciência não tenha avançado e que novas formas de produção de conhecimento em psicologia não tenham sido desenvolvidas. Sabe-se, porém, que avanços metodológicos

em pesquisas empíricas não garantem a solução de problemas conceituais, pois esses demandam outro tipo específico de pesquisa, a teórica, voltada para a investigação de teorias e conceitos psicológicos. Apesar de sua importância, esse tipo de pesquisa tem sido por vezes negligenciado nos contextos de ensino de pesquisa em psicologia, e até mesmo não reconhecido como pesquisa legítima. Além disso, pesquisadores interessados nesse tipo de investigação encontram uma série de dificuldades, que vão desde a aprovação de auxílio financeiro das agências de fomento até a publicação de resultados de suas pesquisas em periódicos nacionais e internacionais da área.

Frente a esses percalços, será que vale a pena se dedicar a pesquisa teórica em psicologia? Esse tipo de pesquisa poderia contribuir para o desenvolvimento dessa disciplina científica? Se as respostas forem afirmativas, ainda

nos resta questionar como fazer pesquisa teórica em psicologia ou quais aspectos metodológicos e filosóficos deveriam ser considerados nesse tipo de investigação. Essas são somente algumas das questões que permeiam o livro *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*, organizado por Carolina Laurenti, Carlos Eduardo Lopes e Saulo Freitas Araujo. Esta obra é composta por seis capítulos, os quais são complementares entre si e que, quando considerados em conjunto, cumprem com o propósito geral de oferecer subsídios que auxiliam no desenvolvimento de pesquisas teóricas em psicologia. Trata-se da primeira proposta de autores brasileiros de apresentar reflexões e experiências pessoais na elaboração e orientação de trabalhos dessa natureza na área, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

No primeiro capítulo – *Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia* – Carlos Eduardo Lopes discute as nuances que perpassam a dicotomia tradicional dessas duas formas de investigação científica na psicologia contemporânea. A reflexão apresentada pelo autor é instigante porque ele escolhe contextualizar essa questão no âmbito da relação entre filosofia e ciência, estabelecida desde a modernidade. Tal percurso histórico permite ao leitor acompanhar as raízes da fragmentação desses dois tipos de pesquisa, o que deu origem a diferentes relações entre psicologia, ciência e filosofia. O capítulo mostra que, de forma quase paradoxal, uma relação conflituosa entre pesquisas empíricas e teóricas pode ser um caminho promissor para uma possível contribuição mútua entre elas.

“Carlos Eduardo Lopes discute as nuances que perpassam a dicotomia tradicional dessas duas formas de investigação científica na psicologia contemporânea. A reflexão apresentada pelo autor é instigante porque ele escolhe contextualizar essa questão no âmbito da relação entre filosofia e ciência, estabelecida desde a modernidade.”

No segundo capítulo – *Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia* – Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes resgatam a questão do método nesse tipo de investigação, a qual tem sido por vezes desconsiderada quando comparada com discussões metodológicas no âmbito de pesquisas empíricas. Os autores discutem aspectos como objetivo, objeto, níveis de análise, escopo e pressupostos filosóficos da pesquisa conceitual. Ademais, partindo-se do pressuposto de que a pesquisa conceitual apresenta uma metodologia específica, este capítulo explicita, de forma bastante didática, um procedimento metodológico para pesquisas conceituais em psicologia, com destaque para um procedimento de interpretação conceitual de texto (PICT), auxiliando tanto na construção de interpretações, como no ensino desse tipo de pesquisa na graduação e pós-graduação.

No terceiro capítulo – *Fontes de confusão conceitual na psicologia* – José Antônio Damásio Abib apresenta uma reflexão sobre algumas confusões conceituais relacionadas à pluralidade que circunscreve a psicologia. Ao longo do capítulo, o autor evidencia como a análise conceitual pode contribuir para o esclarecimento de equívocos na área e para o esclarecimento de muitas confusões conceituais supostamente inerentes ao campo psicológico, embora isso não implique na defesa de um projeto unitário de psicologia científica.

No quarto capítulo – *A integração entre a história da psicologia e a filosofia da psicologia como programa de pesquisa teórica* – Saulo Freitas Araujo discute como a integração entre a história da psicologia e a filosofia da psicologia pode ser uma das formas

possíveis para a elaboração de um programa de pesquisa teórica na área e que relaciona, de modo efetivo, as investigações de cunho histórico e teórico. Como complementação, no capítulo seguinte – *A investigação histórica de teorias e conceitos psicológicos: breves considerações metodológicas* – o autor apresenta ainda algumas diretrizes metodológicas para conduzir uma investigação histórico-filosófica de teorias e conceitos psicológicos, utilizando exemplos concretos da literatura especializada. O capítulo aborda aspectos como: escolha do tema; busca exploratória de material já publicado; definição do problema de pesquisa; identificação, seleção e localização das fontes; planejamento e cronograma; apresentação e discussão dos resultados; dentre outros pontos a serem considerados para a construção de uma história filosófica da psicologia.

No último capítulo do livro – *Biografia científica e a pesquisa teórica da historiografia da psicologia* – Robson Nascimento da Cruz discute como o gênero biográfico tem sido incorporado no âmbito da historiografia da história e na historiografia da história da ciência, conduzindo para uma reflexão do lugar atual da biografia na historiografia da psicologia. O autor ainda explicita como esse gênero pode ser inserido na pesquisa teórica da história da psicologia, auxiliando no esclarecimento de teorias e conceitos psicológicos. Para tanto, o capítulo também traz um exemplo concreto, no qual fontes biográficas e autobiográficas foram utilizadas como recursos para uma análise teórica dos primórdios do projeto científico skinneriano de psicologia.

O livro *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* traz, em seu conjunto, contribuições indispensáveis

para os profissionais interessados na elaboração, supervisão e ensino de pesquisas de natureza teórica em psicologia. Além disso, a obra oferece subsídios que possibilitam ao pesquisador apresentar, ao final de seu trabalho, uma descrição clara dos procedimentos metodológicos por ele adotados, abrindo, com isso, a possibilidade de críticas que apontem falhas ou inconsistências ao longo do processo. É válido ressaltar que o livro não tem a pretensão de esgotar as discussões que perpassam esse universo específico de pesquisa, assim como não têm a função de garantir, com essas diretrizes metodológicas sugeridas, a reprodutibilidade dos resultados desse tipo de investigação. Trata-se, por fim, de uma obra que revela a importância do estudo teórico em psicologia e que aponta direções elucidativas para quem pretende se inserir ou permanecer nesse campo de pesquisa.

“Trata-se, por fim, de uma obra que revela a importância do estudo teórico em psicologia e que aponta direções elucidativas para quem pretende se inserir ou permanecer nesse campo de pesquisa.”

Uma resenha de:

Laurenti, C., Lopes, C. E., & Araujo, S. F. (Orgs.). (2016). *Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos*. São Paulo: Hogrefe, 167p.

Resenha de *Diálogos em Análise do Comportamento*

Luiz Alexandre B. de Freitas

Esta resenha foi escrita pelo Professor Luiz Alexandre B. de Freitas. Luiz é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei, fez Mestrado em Análise do Comportamento na Universidade Estadual de Londrina, é doutorando em Teoria e pesquisa

do Comportamento pela Universidade Federal do Pará e professor na Universidade Federal de Mato Grosso – *Campus Cuiabá*. Ele é membro da Comissão de Publicações e Editorial da ABPMC (Gestão 2017–2018) e seus temas de interesse de pesquisa são Análise Aplicada do Comportamento no Transtorno do Espectro Autista e processos básicos do comportamento relacionados ao condicionamento clássico.

Boa leitura!

Organizada pelo Prof. André A. B. Varela, esta obra traz uma contribuição importante para a literatura nacional em Análise do Comportamento. Os aspectos que atestam sua relevância são principalmente os assuntos tratados, a competência e experiência dos autores dos capítulos e linguagem acessível com que a obra foi escrita. A obra traz conteúdo variado, de excelente qualidade e é resultado

da I Jornada de Análise do Comportamento do Mato Grosso do Sul (I JAC-MS) com a colaboração de professores do estado e de outros analistas do comportamento convidados para palestrar no evento. O livro é dividido em três seções que remetem ao já familiar triângulo que compõe os sistemas psicológicos, sendo a) um esforço reflexivo; b) a investigação orientada cientificamente; e c) uma profissão direcionada à solução de problemas humanos (ver Tourinho, 2003).

Na primeira seção – *Aspectos históricos e conceituais em Análise do Comportamento* – é apresentada um pouco da história da Análise do Comportamento na região centro-oeste do Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso do Sul e, em seguida, análises históricas mais amplas e também conceituais. Wilson Ferreira de Melo, um precursor que abriu os caminhos da Análise do Comportamento, faz um apanhado

histórico sobre o primeiro curso de Psicologia do Centro-oeste Brasileiro, incluindo informações sobre o Laboratório de Psicologia Experimental e as primeiras pesquisas lá realizadas. Felipe Souza nos apresenta um pouco sobre a produção sul-mato-grossense em Análise do Comportamento ao quantificar e analisar os trabalhos apresentados nos encontros da ABPMC entre 1992 e 2010 por pessoas vinculadas a instituições daquele estado. Lucimara Cardoso, Carlos Magno de Souza, André Varella e Rodrigo Miranda resgatam a história das produções analítico-comportamentais brasileiras na década de 1980 ao analisarem as publicações da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* (1981-1989) e da já extinta *Cadernos da Análise do Comportamento* (1981-1986). Henrique Pompermaier analisa o conceito de subjetividade sob a ótica do Behaviorismo

Radical. Para isso traz reflexões de Skinner e de comentadores de sua obra sobre conceitos como: evento privado, autoconhecimento e *self*. Diego Zilio investiga as críticas feitas por Skinner às proposições que E. G. Boring para um estudo “fisiológico” da consciência. A análise culmina na comparação entre as concepções de Boring e as da Neurociência Cognitiva para o estudo de fenômenos psicológicos.

Na seção 2 – *Pesquisa Básica em Análise do Comportamento* – os capítulos trazem relatos de estudos e também reflexões sobre as implicações da pesquisa básica sobre a aplicada. Ronaldo Teixeira Júnior e Roberta Alves descrevem um experimento em que avaliaram os efeitos de diferentes trechos de instruções, sendo elas correspondentes ou discrepantes, sobre o seguimento destas

instruções em tarefas no computador. Ainda relacionado ao tema do controle verbal, Lucas Córdova e Ricardo Panassiol relatam um estudo em que analisaram o efeito de especificações sobre a contingência (ou, como os autores chamaram, controle de estímulos suplementares) sobre o relato de estudantes acerca do comportamento de um rato em situação experimental. César Barth e Vinícius Ferreira, em um estudo empírico, investigaram os efeitos diferenciais de contingências de reforçamento positivo e negativo sobre desempenho de humanos em uma tarefa no computador. Os autores reacendem a discussão sobre necessidade (ou não) da distinção entre reforçamento positivo e negativo. Estrategicamente, o último capítulo desta seção aborda as implicações da pesquisa básica acerca da ressurgência comportamental sobre a prestação de

serviços analítico comportamentais, mais especificamente na clínica. Tatiane Castro Marin revisa brevemente os principais estudos experimentais sobre ressurgência comportamental e sugere possíveis implicações desses dados para a área aplicada.

A terceira e última seção, intitulada *Aplicações da Análise do Comportamento* inicia com uma análise de grande relevância para o trabalho do terapeuta. Carlos Augusto de Medeiros e Nathalie de Medeiros discutem de maneira muito didática os comportamentos importantes nas relações amorosas, tais como a correspondência e a não-correspondência verbal. André Varela, Christiana de Almeida e Maria Carolina Martone apresentam uma introdução sobre a Análise do Comportamento Aplicada (da sigla em inglês ABA) direcionada às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Os autores descrevem

brevemente alguns dos procedimentos mais utilizados nestas intervenções e a necessidade de uma formação específica para realizar este trabalho. Partindo para os caminhos da Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), Marina Fenner e Weslem Santos delineiam brevemente os contornos e as funções que a relação terapêutica tem na psicoterapia analítico-comportamental e evidenciam os contextos em que as mudanças no comportamento do cliente podem ocorrer diretamente no contexto clínico. Heloisa Grubits, Diogo da Silva e Thaize Reis relatam uma experiência de inclusão de um aluno com deficiência visual em uma disciplina de Análise Experimental do Comportamento. Nesta experiência foi adotado um modelo alternativo ao tradicional uso de ratos em caixas operantes com a finalidade de promover a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. No capítulo final,

Gerson Bauermeister, Eveli Vasconcelos e Márcio Costa propõem reflexões teóricas, com enorme potencial aplicado, sobre as implicações do autocontrole e do autogerenciamento nas organizações de trabalho.

Como uma clara extensão do trabalho realizado na I JAC-MS, este livro deve servir de inspiração aos demais organizadores de JACs e EACs (Encontros de Análise do Comportamento), pois demonstra que esses eventos podem ter alcance muito maior do que o planejado inicialmente. Assim, passam a contribuir para a formação de inúmeras pessoas e auxiliam na disseminação do conhecimento.

Uma resenha de:

Varela, A. A. B. (Org.). (2016). *Diálogos em Análise do Comportamento*. Campo Grande: UCDB, 282p.

Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais – Vol 2

Roberta Kovac

Esta resenha foi escrita por Roberta Kovac. Roberta, além de coordenadora da Editora Paradigma – que editorou a obra, é psicóloga pela PUC-SP, Mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela

PUC-SP e atualmente é doutoranda no Departamento de Psicologia Clínica da USP.

Boa leitura!

O projeto editorial “Behaviorismos: Reflexões Históricas e Conceituais”, organizado por Diego Zilio e Kester Carrara e publicado pela Editora Paradigma compõe uma série de três livros, com o objetivo de apresentar aos leitores os autores que fizeram e que ainda fazem parte da constituição histórica e da construção do corpo conceitual da escola denominada “Behaviorismo”. A série aponta não apenas à diversidade de autores e pensamentos, tradições filosóficas e científicas – identificada no plural do título da obra – “Behaviorismos”, mas também, ao incessante e produtivo campo de produção de conhecimento sobre um objeto de estudo tão complexo: o comportamento.

Na ocasião do XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental, organizado pela ABPMC, foi lançado o Volume II da série. Este Volume, todo em português, cumpre agora também a necessidade de apresentar aos leitores deste idioma, material de qualidade sobre autores proponentes do behaviorismo. Ainda, diferente do primeiro livro da série, mais histórica, este segundo volume abre espaço para autores que, com seu trabalho, consolidaram a abordagem do behaviorismo radical.

Composto por dez capítulos, Behaviorismos, Volume II abre com um capítulo sobre Bekhterev (1857-1927), e termina com um capítulo sobre Ferster (1922-1981), percorrendo assim mais de cem anos da história e da ciência do comportamento.

O primeiro capítulo do livro, escrito por Saulo de Freitas Araújo, aborda a psicologia

“Este Volume, todo em português, cumpre agora também a necessidade de apresentar aos leitores deste idioma, material de qualidade sobre autores proponentes do behaviorismo. Ainda, diferente do primeiro livro da série, mais histórica, este segundo volume abre espaço para autores que, com seu trabalho, consolidaram a abordagem do behaviorismo radical.”

objetiva e a reflexologia em Bekhterev e indica uma possível negligência da importância deste autor e de sua influência para o Behaviorismo.

No capítulo 2, Kester Carrara apresenta a história acadêmica de Max Meyer e a importância deste autor como parte do *Zeitgeist* do início do século XX. Ainda neste tom de desvendar o *espírito de uma época*, Rodrigo Lopes Miranda, Carolina S. Bandeira de Melo, César Rota Jr. E Laurent Gutierrez, levam aos leitores no capítulo 3 o autor Henri Pierón. Pierón é apresentado como um pioneiro no comportamentalismo, citado como um dos primeiros autores a definir a psicologia como ciência do comportamento, assim levando essa forma de fazer Psicologia ao território majoritariamente ocupado pela Psicanálise – a Europa e a França.

Nos capítulos 4 e 5, as fronteiras do Behaviorismo e seu “desvio” para uma abordagem mediacional, mentalista ou cognitivista são discutidos, na apresentação, por Carolina Laurenti, de Clark Hull e por Carlos Eduardo Lopes, de Tolman.

No capítulo 06, Marcus Bentes de Carvalho Neto e Paulo Cesar Morales Mayer descrevem a proposta de um chinês (!) para o behaviorismo. Um chinês que estudou nos Estados Unidos, e que trouxe para a Psicologia reflexões sobre o conceito de instinto e estudos experimentais com animais. Conhecemos neste capítulo mais um expoente daquele espírito de época que constituiu as origens dos behaviorismos.

A partir do capítulo 7 até o fim do livro, os leitores reencontram expoentes do

behaviorismo radical, autores já bastante conhecidos pela área no Brasil.

No capítulo 7, João Claudio Todorov nos traz um relato sobre a vida e a obra de Fred Keller, com a personalidade e o conhecimento de alguém que esteve intimamente próximo e relacionado diretamente com tal autor. É neste capítulo que aprendemos, não só sobre um autor e sua obra, mas sobre o aparecimento da análise do comportamento no nosso país.

Sidney Bijou, outro autor também familiar para a comunidade de analistas do comportamento brasileiros, é apresentado no capítulo 8 por Tauane Paula Gehm e Amilcar Rodrigues Fonseca Júnior. Os autores destacam

a importância de Bijou para a compreensão do comportamento de crianças.

Completando o trio de autores fundamentalmente preocupados com educação, formação e com ensino, no capítulo 9 Emílio Ribes Iñesta nos apresenta William Schoenfeld. Iñesta destaca em seu capítulo principalmente as contribuições conceituais de Schoenfeld para o Behaviorismo.

Por fim, o último capítulo deste volume II, escrito por Gabriel Vieira Cândido nos (re) apresenta o trabalho de Charles Ferster, outro importante analista do comportamento que tentou construir a ponte – tão difícil para a área – entre o laboratório animal

e a prática clínica, destacando sua enorme contribuição para os primeiros estudos sobre problemas humanos.

Com toda esta robustez, o livro Behaviorismos, volume II, consolida a ideia já apresentada no primeiro volume, de que há muito mais a conhecer sobre Behaviorismo, para além de Skinner e Watson. Como está aludido na ilustração das capas e colocado de forma poética por Roberto Banaco no prefácio o volume I, temos, com essa série de livros, maiores condições de nos apoiar nos ombros dos gigantes que construíram a história e ainda fortalecem a ciência do comportamento. Uma história que está longe de ter seu fim. Aguardamos com interesse o próximo volume...

Desenvolvendo autocontrole em diferentes culturas: O que nos mostra o Teste do Marshmallow?

Victor Hugo de Souza

A habilidade de autocontrole tem sido verificada em pré-escolares através do famoso Teste do Marshmallow, no qual uma criança, geralmente de 4 a 6 anos, é instruída a fazer

uma escolha entre comer imediatamente um marshmallow que lhe é entregue ou aguardar alguns minutos, sozinha numa sala, para ter acesso a dois deles. O teste ganhou visibilidade e foi bastante divulgado na internet pelas redes sociais e alguns vídeos de experimentos semelhantes no youtube foram assistidos por mais de cinco milhões de pessoas, fosse pelo interesse no tema, fosse para ver as crianças se comportando de forma carismática e divertida ao tentar evitar comer o doce.

A demonstração de autocontrole, expressa na habilidade de postergar prazeres imediatos tendo em vista o alcance de objetivos futuros, exigida neste experimento parece simples, mas pesquisas têm mostrado que esta conquista, a de esperar pelo segundo prêmio, está relacionada a um melhor desempenho acadêmico e social futuro, habilidade para lidar com frustração e estresse de

forma madura durante a adolescência, além de ser capaz de indicar, na vida adulta, melhores conquistas educacionais, autoestima e menor probabilidade de consumo abusivo de drogas (Mischel, Shoda, & Peake, 1988; Shoda, Mischel, & Peake, 1990; Ayuduk et al., 2000).

O artigo de que trata este resumo é composto por dois estudos que investigaram o desenvolvimento do autocontrole em pré-escolares pertencentes a grupos culturais bastante distintos através do teste do Marshmallow. O primeiro comparou os resultados dos grupos quanto ao tempo de espera nos testes e às estratégias utilizadas pelas crianças para alcançar o sucesso. O segundo averiguou como a socialização específica de cada cultura influencia no desenvolvimento do autocontrole.

As pesquisas também têm buscado compreender fatores específicos que auxiliam no desenvolvimento do autocontrole em

pré-escolares investigando características pessoais e situacionais (Mischel, Shoda, & Rodriguez, 1989; Kidd, Palmeri, & Aslin, 2013). A influência cultural é conhecida há anos como fator que interfere no desenvolvimento do autocontrole (Kopp, 1982), mas tem sido negligenciada. Buscando suprir essa falta, este estudo comparou os resultados alcançados no teste do marshmallow entre crianças de dois grupos culturais bastante distintos: as alemãs da classe média que vivem na zona urbana e as camaronesas da zona rural, pertencentes à etnia Nso. Estes grupos foram selecionados por adotarem modelos culturais e posturas diferentes no que se refere ao controle de seus membros para desenvolvimento da autonomia e das relações sociais (Keller & Kartner, 2013). As divergências culturais têm origem em suas condições de subsistência. Os Nso vivem em

grandes famílias de até três ou mais gerações (média de 6,08 pessoas por casa) e muitas crianças (média de 2,84 filhos por casal) e possuem, no geral, escolarização primária, além de uma estrutura social bastante hierárquica definida por idade, gênero e status (Goheen, 1996; Keller, 2007; Yovsi, 2003). Já as famílias alemãs da classe média vivem em áreas metropolitanas altamente industrializadas e possuem nível de escolarização elevado. Grupos familiares são compostos por um ou dois pais que possuem em média 1,1 filhos. Este contexto está relacionado a modelos culturais que buscam a autonomia do indivíduo em desenvolvimento.

As divergências entre os dois grupos culturais se expressam também nas formas de socialização e nos valores adotados. Enquanto as famílias alemãs buscam promover desenvolvimento

de seus membros enfatizando um “eu” independente, único e capaz de influenciar os demais e seu ambiente, expressar emoções e preferências pessoais, os Nso, através de uma educação que evidencia maior controle parental, buscam consolidar valores como interdependência, respeito à tradição, capacidade de se ajustar às exigências do meio, obediência e cumprimento das obrigações. Estudos anteriores (Sabbagh, Carlson, Moses, & Lee, 2006; Oh e Lewis, 2008; Chasiotis, Kiessling, Hofer, & Campos, 2006), têm mostrado que crianças socializadas em grupos culturais que valorizam interdependência, como no caso dos Nso, têm alcançado melhores resultados no teste de autocontrole que crianças socializadas em grupos que valorizam independência do “eu”. Para compreender melhor os fatores que levam ao desenvolvimento do autocontrole foram realizados dois estudos. O primeiro

buscou comparar os resultados dos grupos de crianças de diferentes culturas quanto ao tempo de espera nos testes e às estratégias utilizadas pelas crianças para alcançar o sucesso. O segundo averiguou como a socialização específica de cada cultura influencia no desenvolvimento do autocontrole.

No primeiro estudo participaram 76 pré-escolares camaroneses e 125 alemães, totalizando 201 crianças de ambos os sexos e com a média de idade de 4,42. Durante o experimento as crianças eram levadas a uma sala por um assistente com quem ela já havia se familiarizado e era instruída para ficar sozinha por um tempo após o assistente oferecer-lhe a proposta do experimento, comer o marshmallow imediatamente ou aguardar alguns minutos para receber o segundo. Durante todo o percurso e, principalmente, do tempo de espera, as crianças eram filmadas

para que as estratégias de autocontrole adotadas por elas pudessem ser analisadas posteriormente. Em alguns casos foram utilizados pirulitos ou barras de chocolate de acordo com a preferência do participante e no caso das crianças Nso utilizou-se um doce chamado *puff-puff*, popular entre elas.

Como resultado, observou-se que as crianças camaronesas alcançaram uma média de tempo de espera superior à das alemãs (7,73 minutos e 4,56 minutos, respectivamente) e que das 34 crianças que comeram o doce imediatamente, apenas quatro eram Nso. As estratégias de autocontrole adotadas pelas crianças também diferiram significativamente nos dois grupos. As crianças alemãs engajaram-se por mais tempo nas tentativas de distração como cantar, falar sozinha e virar-se de costas para o doce, além de terem demonstrado emoções negativas com

mais frequência durante o teste. Em ambos os grupos, crianças que não esperaram durante os 10 minutos do experimento se comportaram mais em relação ao doce, cheirando, tocando ou olhando para ele.

O estudo concluiu que, conforme esperado, as crianças camaronesas se saíram melhor na demonstração de autocontrole proposta. A maior parte delas foi capaz de esperar durante todo o tempo até o retorno do pesquisador. Esses pré-escolares também se engajaram menos em distrações e demonstraram menos emoções negativas e sinais de frustração que seus colegas alemães. Aparentemente as Nso foram mais eficazes em lidar com/minimizar suas emoções negativas. A situação de escolha proposta pelo experimento demonstrou ser significativa para todas as crianças, ou seja, todas expressaram, de início, estar igualmente empolgadas

com o prêmio. Sendo assim, pode-se supor que as crianças camaronesas foram mais bem-sucedidas na tarefa de esperar, demonstrando melhor habilidade de autocontrole e controle das emoções.

A partir disso levanta-se a discussão sobre o modo de socialização dos Nso ser eficiente no que tange ao desenvolvimento do controle das emoções, já que desde muito cedo as crianças são socializadas em grupos que mantêm relações fortemente hierarquizadas as quais vão exigir que as crianças aprendam a controlar a si mesmas e suas emoções negativas para compartilhar da estrutura interdependente do grupo. Em outra direção segue a socialização das crianças da classe média alemã. O modelo adotado nesta, o da autonomia individual, busca o “eu” independente, que expressa suas emoções e preferências na busca por uma individualidade e pelo ajuste do ambiente externo a suas necessidades e interesses pessoais.

O segundo estudo parte da suposição de que esses modelos de socialização vigentes em cada cultura influenciam fortemente o desenvolvimento do autocontrole em pré-escolares e para isso aprofunda no sentido de conhecê-los e explicitá-los.

Muitos pesquisadores investigam práticas parentais que podem facilitar o desenvolvimento de autocontrole dos filhos. (Houck & Lecuyer-Maus, 2004; Mauro & Harris, 2000; Rodriguez, Ayduk, Aber, & Mischel, 2005; Sethi, Mischel, Aber, Shoda, & Rodriguez, 2000). Em síntese, eles revelaram que estilos parentais caracterizados por segurança no direcionamento, amparo sensível, boas justificativas para proibições, conhecido como autoritativo, são mais eficazes (Baumrind, 1971). Estilos parentais autoritários ou muito permissivos são recorrentemente associados a pré-escolares que demonstram pouca eficiência nos testes de autocontrole. Seja por excesso ou falta de controle externo, esses

estilos parecem ser pouco eficazes para ensinar as crianças a controlar a si mesmas e suas emoções.

Boa parte desses estudos tem deixado de lado a origem cultural das práticas de cuidado parental desconsiderando que a relação entre o estilo parental e o desenvolvimento do autocontrole varia de acordo com a cultura. O estilo parental dos Nso tem sido descrito como controle responsivo e caracterizado pela proximidade corporal, pelo direcionamento e pelo treino (Yovsi, Kartner, Keller, & Lohaus, 2009). De acordo com a tradição deste grupo, este estilo de cuidado é ideal para oferecer às crianças, pois objetiva o desenvolvimento de um “eu” inter-relacionado com a estrutura hierárquica vigente. Por outro lado, o estilo parental predominante na cultura alemã urbana da classe média é centrado na criança e oferece ao infante mais oportunidades para exercer sua influência sobre o meio e sobre as pessoas, os pais

costumam reagir mais às emoções expressas por ela. O conjunto de valores sustentados nessa cultura busca enfatizar o sujeito independente, capaz de controlar seu ambiente de acordo com suas necessidades pessoais em vez de suas emoções.

Para verificar de perto como se dá a socialização e o cuidado materno nessas duas culturas, foram levantados e comparados neste segundo estudo os objetivos declarados pelas mães (57 camaronesas e 63 alemãs) na socialização de suas crianças bem como a interação entre elas e seus bebês ainda aos nove meses. Essas mesmas crianças foram conduzidas ao teste do marshmallow posteriormente, aos 4 anos.

A coleta de dados se deu em dois momentos. Num primeiro momento, quando os bebês tinham nove meses de idade foram filmados e analisados os episódios de interação mãe-bebê e as mães foram solicitadas

a responder um questionário do tipo Likert avaliando metas para socialização de seus filhos. Posteriormente, quando as crianças atingiram 4 anos, foram submetidas ao teste do marshmallow e os resultados são aqueles descritos no estudo 1 do mesmo artigo.

As mães foram solicitadas a brincar com seus bebês da forma como estavam acostumadas e estavam livres para aproveitar o espaço da sala, bem como os brinquedos e demais acessórios presentes como preferissem. As brincadeiras foram filmadas por 10 minutos e analisadas posteriormente quanto a duas questões principais (a) quem estava no comando das interações? (b) quão diretivas foram as iniciativas das mães na condução da interação?

Como resultado, percebeu-se que as mães camaronesas eram mais diretivas durante as sessões de brincadeiras. Elas escolhiam com mais frequência a atividade na qual a dupla se engajaria, conduziam mais firmemente a

brincadeira e mantinham uma proximidade e controle corporal maior com seus filhos se comparadas às mães alemãs. Estas, por sua vez, deixavam seus filhos escolherem as brincadeiras e participavam com eles auxiliando-os com atividades que eles iniciavam. As iniciativas das mães camaronesas foram frequentemente avaliadas como fortemente diretivas enquanto observou-se longos intervalos entre iniciativas tomadas pelas mães alemãs.

O questionário respondido pelas mães possuía oito sentenças descrevendo metas para socialização de seus filhos. Quatro delas representavam metas voltadas à socialização para relações de hierarquia e interdependência (aprender a respeitar os mais velhos, a compartilhar com os outros, a fazer o que os pais mandam, e a manter harmonia social), e outras quatro para o desenvolvimento da autonomia individual (aprender a expressar ideias e preferências, desenvolver talentos e

interesses pessoais, aprender que todos somos diferentes, e a ser assertivo). As mães deveriam marcar o quão importante era cada uma delas.

A diferença entre os resultados dos dois grupos foi novamente significativa. As mães camaronesas avaliaram como muito mais importante as metas de socialização voltadas a relações hierárquicas, especialmente obediência e respeito aos mais velhos, enquanto as alemãs avaliaram como mais importante as metas para desenvolvimento da autonomia individual, destacando-se o desenvolvimento de interesses pessoais e a expressão de preferências.

Integrando os resultados dos dois estudos, observou-se que as crianças alemãs, cujas mães adotaram um estilo parental considerado mais próximo do autoritativo,

demonstraram menor habilidade para autocontrole em relação às crianças camaronesas cujo estilo parental adotado pelas mães era mais próximo do estilo autoritário. Tais resultados contradizem os estudos anteriores que associavam o estilo autoritativo a um melhor desenvolvimento de autocontrole nos filhos se comparado ao estilo mais autoritário.

Esses achados indicam que o desenvolvimento do autocontrole é influenciado pelas estratégias de socialização e pelos modelos culturais, ao contrário do que supõe o modelo cultural da autonomia do indivíduo, a saber, que autocontrole é uma conquista voluntária que responde aos interesses pessoais da própria criança. É possível que existam relações específicas em cada cultura entre estilo parental e o desenvolvimento de autocontrole,

o que sugere que a eficiência de um estilo parental está relacionada ao modelo cultural na qual a interação acontece e não a um potencial natural ou intrínseco. Os achados também ampliam a noção da importância das pesquisas interculturais para compreensão do processo de desenvolvimento em uma perspectiva global.

Por fim, os resultados sugerem que, para o desenvolvimento de autocontrole nos filhos, não há um estilo parental que seja melhor do que outro, mas possivelmente cada um deles está mais adaptado, cumpre melhor esta tarefa, dentro da cultura na qual é praticado.

Um resumo de: Lamm, B., Keller, H., Teiser, J., Gudi, H., Yovsi, R. D., Freitag, C., ... & Vöhringer, I. (2017). Waiting for the Second Treat: Developing Culture-Specific Modes of Self-Regulation. *Child Development*.

Referências aqui presentes também encontradas no artigo:

Ayduk, O., Mendoza-Denton, R., Mischel, W., Downey, G., Peake, P. K., & Rodriguez, M. (2000). Regulating the interpersonal self: Strategic self-regulation for coping with rejection sensitivity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 776–792. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.5.77>

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, 4(1, Pt. 2), 1–103. <https://doi.org/10.1037/h0030372>

Chasiotis, A., Kiessling, F., Hofer, J., & Campos, D. (2006). Theory of mind and inhibitory control in three cultures: Conflict inhibition predicts false belief understanding in Germany, Costa Rica, and Cameroon. *International Journal of Behavioral*

Development, 30, 249–260. <https://doi.org/10.1177/0165025406066759>

Goheen, M. (1996). *Men own the fields, women own the crops: Gender and power in the Cameroon grassfields*. London, UK: The University of Wisconsin Press.

Houck, G. M., & Lecuyer-Maus, E. A. (2004). Maternal limit setting during toddlerhood, delay of gratification, and behavior problems at age five. *Infant Mental Health Journal*, 25, 28–46. <https://doi.org/10.1002/imhj.10083>

Keller, H. (2007). *Cultures of infancy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

Keller, H., & Kartner, J. (2013). Development—The culture-specific solution of universal developmental tasks. In M. L. Gelfand, C.-Y. Chiu, & Y. Y. Hong (Eds.), *Advances in culture and psychology* (Vol. 3, pp. 63–116). Oxford, NY: Oxford

University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199930449.003.0002>

Kidd, C., Palmeri, H., & Aslin, R. N. (2013). Rational snacking: Young children's decision-making on the marshmallow task is moderated by beliefs about environmental reliability. *Cognition*, 126, 109–114. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2012.08.004>

Kopp, C. B. (1982). Antecedents of self-regulation: A developmental perspective. *Developmental Psychology*, 18, 199–214. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.18.2.199>

Mauro, C. F., & Harris, Y. R. (2000). The influence of maternal child-rearing attitudes and teaching behaviors on preschoolers' delay of gratification. *Journal of Genetic Psychology*, 16, 292–306. <https://doi.org/10.1080/00221320009596712>

Mischel, W., Shoda, Y., & Rodriguez, M. L. (1989). Delay of gratification in children. *Science*, 244, 933–937. <https://doi.org/10.1126/science.2658056>

Mischel, W., Shoda, Y., & Peake, P. K. (1988). The nature of adolescent competencies predicted by preschool delay of gratification. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 687–696. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.4.687>

Oh, S., & Lewis, C. (2008). Korean preschoolers' advanced inhibitory control and its relation to other executive skills and mental state understanding. *Child Development*, 79, 80–99. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2007.01112.x>

Rodriguez, M. L., Ayduk, O., Aber, J. L., & Mischel, W. (2005). A contextual approach to the development of self-regulatory competencies: The role of maternal unresponsivity and toddlers'

negative affect in stressful situations. *Social Development*, 14, 136–157. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2005.00294.x>

Sabbagh, M. A., Carlson, S. M., Moses, L. J., & Lee, K. (2006). The development of executive functioning and theory of mind: A comparison of Chinese and U.S. *Psychological Science*, 17, 74–81. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2005.01667.x>

Sethi, A., Mischel, W., Aber, J. L., Shoda, Y., & Rodriguez, M. L. (2000). The role of strategic attention deployment in development of self-regulation: Predicting preschoolers' delay of gratification from mother-toddler interactions. *Developmental Psychology*, 36, 767–777. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.36.6.767>

Shoda, Y., Mischel, W., & Peake, P. K. (1990). Predicting adolescent

cognitive and self-regulatory competencies from preschool delay of gratification: Identifying diagnostic conditions. *Developmental Psychology*, 26, 978–986. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.26.6.978>

Yovsi, R. D. (2003). *An investigation of breastfeeding and mother-infant interactions in the face of cultural taboos and belief systems. The case of Nso and Fulani mothers and their infants of 3–5 months of age in Mbvem, sub-division of the north-west province of Cameroon.* Munster, Germany: Lit.

Yovsi, R. D., Kartner, J., Keller, H., & Lohaus, A. (2009). Maternal interactional quality in two cultural environments: German middle class and Cameroonian rural mothers. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40, 701–707. <https://doi.org/10.1177/0022022109335065>



ENTREVISTA

Marcelo José Silva

Marcelo José Silva discute Segurança Comportamental e Análise do Comportamento nas Organizações

O Boletim Contexto convidou Marcelo José Silva (também conhecido como Zé Marcelo) para falar sobre Análise do Comportamento nas Organizações (*Organizational Behavior Management*, OBM) e Segurança Comportamental (*Behavior-Based Safety*, BBS). Marcelo é graduado em Engenharia Mecânica e em Psicologia, especialista em Planejamento Energético e em Gestão de Pessoas, e mestre em Psicologia Experimental. Trabalha desde 2006 na Petrobras, inicialmente como analista de recursos humanos e, desde 2015, como analista de segurança comportamental. Recentemente foi nomeado representante da Petrobras na área de Fatores Humanos na Segurança (*Safety-Human Factors*) junto à International Association of Oil & Gas Producers, uma associação sem fins lucrativos que reúne empresas responsáveis por mais de metade do petróleo e mais de um terço do gás produzidos no mundo, em uma rede permanente de troca de informações sobre vários temas, entre eles a segurança do

trabalho. Na entrevista, Marcelo apresenta a BBS, sugere leituras introdutórias, reflete sobre sua trajetória, e discute relações entre a banalização de desvios (riscos de acidente) e o paradoxo da esquiwa.

1. O que é essa área na qual você atua hoje, a Segurança Comportamental?

Segurança Comportamental é a subárea da OBM que trata da segurança do trabalho, é a aplicação da análise do comportamento para tratar dessa questão.

A segurança do trabalho, da forma como a conhecemos hoje, se consolida no início do século XX com a criação da Organização Internacional do Trabalho e as regulamentações que garantiam direitos sociais nos países associados – entre eles, o direito a condições de trabalho saudáveis e seguras. Por outro lado, a ocorrência de grandes acidentes industriais também evidenciou a importância da prevenção de perdas humanas

e patrimoniais. Inicialmente, essa área era dominada por engenheiros, e muito focada em aspectos físicos do trabalho, em características das máquinas e equipamentos utilizados no trabalho. Com o tempo, e principalmente com a análise de grandes acidentes, o fato dessas máquinas e equipamentos serem utilizados por pessoas que se comportam foi sendo reconhecido e a importância da interface pessoa-comportamento-máquinas passou a ser destacada. Passou-se a enfatizar os “fatores humanos” no trabalho. A partir disso, ficou mais claro o papel que psicólogos – e analistas do comportamento – poderiam desempenhar na promoção da segurança no trabalho. A Segurança Comportamental é fruto dessa história, desse encontro entre as necessidades de segurança de organizações, principalmente indústrias, e a ciência do comportamento.

Eu arriscaria dizer que hoje a Segurança Comportamental está para a atuação na Psicologia Organizacional e do Trabalho como as intervenções de análise do comportamento aplicada no autismo estão para a atuação em Psicologia da Saúde. Ela é um nicho no qual a Análise do Comportamento conseguiu mostrar sua eficácia, se firmar e ganhar um espaço para mostrar sua importância. A existência de uma área de Fatores Humanos na Segurança em uma associação do porte da International Association of Oil & Gas Producers já é um exemplo da importância dessa área. Nesse meio, as metodologias de BBS são amplamente conhecidas e aplicadas. Assim, atuar como analista do comportamento, trabalhar com Segurança Comportamental, foi um dos principais fatores que me proporcionou ter sido indicado como representante da empresa.

“Eu arriscaria dizer que hoje a Segurança Comportamental está para a atuação na Psicologia Organizacional e do Trabalho como as intervenções de análise do comportamento aplicada no autismo estão para a atuação em Psicologia da Saúde. Ela é um nicho no qual a Análise do Comportamento conseguiu mostrar sua eficácia, se firmar e ganhar um espaço para mostrar sua importância.”

Para quem quiser conhecer melhor a área eu sugiro o artigo de 2015 de Bogard e colaboradores no Journal of Organizational Behavior Management, “An Industry’s Call to Understand the Contingencies Involved in Process Safety: Normalization of Deviance” (JOBM, 35, 70–80). O autor principal é um engenheiro da área de petróleo que discute o que é chamado de “banalização de desvios” – o fato de que evitar cuidadosamente os riscos no trabalho, por efetivamente evitar acidentes, acabar levando a um “desleixo” em relação a esses comportamentos seguros e a um consequente aumento de riscos e acidentes. Ele destaca a importância da Psicologia para lidar com essa questão e introduz a Segurança Comportamental. Também vale a pena consultar o site da OBM Network. Infelizmente, a grande maioria das produções na área, inclusive as introdutórias, estão em inglês.

Em português, uma das referências mais conhecidas é o livro “Comportamento Seguro”, da psicóloga Juliana Bley, que tem ampla experiência como profissional na área.

2. Sua formação em Engenharia Mecânica afetou sua trajetória na Psicologia e sua atuação com Segurança Comportamental?

Sim, essa formação me ensinou sobre metodologia científica e filosofia da ciência na prática. Quando entrei na Psicologia, muitos dos princípios científicos eu já tinha visto na prática, nos laboratórios da Engenharia. Lá, eu realizei, por exemplo, uma iniciação científica em indústrias produtoras de café solúvel que visava manejar o rejeito de borra de café produzido por essas indústrias. A borra, ainda molhada, era por vezes queimada junto com óleo combustível para aquecer

as caldeiras que extraíam o café. Só que isso gerava perda de eficiência, pela presença da água. Eu pesquisei como várias empresas lidavam com a questão. E encontrei um industrial que antes de usar a borra a secava com a fumaça da caldeira, retirando a água do processo e ganhando eficiência. Assim, ele resolveu um problema de dejetos ambiental tornando-o uma fonte de energia econômica. Nessa pesquisa, então, eu aprendi a começar por um problema, para então realizar medidas sobre o assunto e encontrar uma solução. Desse modo, quando eu já estava na Psicologia e um professor discutia a influência da Física e da Química na obra de algum psicólogo, eu lembrava dessa minha experiência e isso me ajudava a compreender o conceito. Essa minha formação também facilitou muito minha compreensão sobre a diferença entre uma perspectiva mecanicista, que trata de relações de causa e

efeito lineares no tempo, e uma perspectiva seletiva, que envolve um determinismo probabilístico e a seleção por consequências.

Durante a graduação de Engenharia Mecânica, eu ainda estagiei um ano no SENAI, conhecendo e trabalhando em diversas indústrias (montadoras de carro, por exemplo), quando eu pude conhecer por dentro como indústrias e empresas funcionavam. Já na Psicologia, essa experiência me facilitou bastante identificar áreas de atuação na Psicologia Organizacional e do Trabalho. Foi ficando claro para mim que eu tinha aí uma perspectiva promissora de área de atuação. E aí eu conheci a Análise do Comportamento na PUC-SP, tendo aula, por exemplo, com a Téia (Tereza Maria A. P. Sérgio) – eu fui aluno dela por dois anos seguidos. Eu comecei a estagiar cedo no curso de Psicologia e já saí da universidade atuando em Psicologia

Organizacional. No início, com um psicólogo analista institucional, que era inspirado pela tradição francesa de Deleuze e Guattari. Mas conseguíamos trabalhar juntos porque tínhamos uma ponte em comum, que ligava as teorias nas quais nos baseávamos: a clareza da construção social do conhecimento e da subjetividade; de que o comportamento não era apenas um fenômeno individual. Isso nos permitia uma base de diálogo e que trabalhássemos juntos – e que eu pagasse minhas contas (risos).

3. Enquanto analista do comportamento, como você descreveria sua trajetória profissional na Petrobras?

Inicialmente, como analista de recursos humanos, minha função era basicamente de execução de processos planejados pela gerência. Eu aprendi muito sobre como

funcionam os processos de recursos humanos em uma empresa, mas a aplicação da Análise do Comportamento se dava muito mais na minha interpretação de como as coisas estavam acontecendo. Por exemplo, eu trabalhei muito avaliando e buscando melhorar o clima e cultura organizacionais. A Análise do Comportamento me permitia interpretar o que estava acontecendo, identificar contingências e metacontingências, mas minha função tinha limitações quanto a propor e alterar características específicas da atuação. Então, por exemplo, se a avaliação de clima e cultura organizacionais indicava um conflito importante entre um gerente e sua equipe, eu era responsável por mediar esse conflito, melhorando o “clima”. Minha análise era guiada pela análise de contingências, mas não dava para eu realizar intervenções que pudessem ser publicadas no *Journal of Applied Behavior Analysis*,

digamos. Bastava que a avaliação do clima organizacional melhorasse para que a intervenção fosse considerada bem sucedida. Então, eu trabalhava com um nível mais baixo de aplicação da Análise do Comportamento. Eu tinha certa liberdade de atuação, dentro da qual eu interpretava o mundo da perspectiva que me parece mais coerente, mas as decisões sobre o formato geral da intervenção e da avaliação estavam a cargo de meus gestores.

Com minha mudança para a área de Segurança Comportamental, eu passei a ter muito mais espaço para a aplicação direta dos princípios da Análise do Comportamento. E eu tive muita sorte de encontrar uma cultura receptiva a esse tipo de intervenção. Eles estavam procurando alguém para atuar como consultor interno especificamente nessa área.

Já é tradição na área de segurança procurar comportamentos de risco, desvios nos procedimentos de segurança e dar tratamento

“Com o tempo, as pessoas ‘relaxam’ e ‘esquecem’ do perigo de acidente a que estão expostas. Até que ocorra algum desastre e novamente as pessoas passem a se “preocupar” com os comportamentos seguros. Esse é o fenômeno que acabamos de comentar, a ‘banalização de desvios’.”

– que geralmente é disciplinar, punitivo. O resultado imediato é que as pessoas começam a se esquivar emitindo comportamento seguro. No entanto, esse comportamento está sujeito ao paradoxo da esQUIVA – o sucesso

do comportamento seguro elimina a ocorrência do acidente, que é o reforçador negativo. Então, com o tempo, as pessoas “relaxam” e “esquecem” do perigo de acidente a que estão expostas. Até que ocorra algum desastre e novamente as pessoas passem a se “preocupar” com os comportamentos seguros. Esse é o fenômeno que acabamos de comentar, a “banalização de desvios”. Eu interpreto esse fenômeno como um exemplo do paradoxo da esQUIVA. Para lidar com isso, eu tenho tentado fazer com que as pessoas, além de tratarem dos “desvios”, além de punirem comportamentos de risco, elas também façam o reconhecimento de comportamentos seguros – que elas reforcem positivamente os comportamentos adequados.

4. Olhando para o quadro mais amplo, como você descreveria e avaliaria a inserção de analistas do comportamento em organizações no Brasil?

“Dentro das empresas, tenho a impressão de que há interesse em problemas comportamentais, mas não há interesse em diferenças teóricas ou epistemológicas...”

Há claramente um interesse cada vez maior dentro da Análise do Comportamento pela área organizacional. A gente acompanha isso pelos Encontros da ABPMC, por exemplo. Desde os primeiros encontros – quando o John Austin veio participar de um Encontro em Campinas, e depois voltou para

ministrar um curso no Encontro em Brasília – a área só tem se expandido. Também já houve, em 2015, a realização do I Encontro Brasileiro de Análise do Comportamento nas Organizações. Mais analistas do comportamento estão conhecendo a área, se firmando na área, se organizando institucionalmente. Mas dentro das empresas, tenho a impressão de que há interesse em problemas comportamentais, mas não há interesse em diferenças teóricas ou epistemológicas... Nas empresas, como psicólogo, você trabalha junto com profissionais de outras ciências humanas aplicadas (pedagogos, assistentes sociais, economistas, administradores, sociólogos etc.). Cada um desses profissionais dá sua contribuição específica, tem seu foco, seu viés, mas é muito comum um desses profissionais acabar migrando para uma área de atuação que não tem relação direta com sua formação original. O ciclo de conhecimento

está cada vez mais veloz, levando a modas e a exigência de formação continuada constante. Os analistas do comportamento têm que perceber isso, atentarem para a coerência teórica na prestação de seus serviços, mas sem esquecer da produção de conhecimento aplicado para embasar a atuação nessas áreas. A Análise do Comportamento pode não ser distinguida do resto da Psicologia no mundo empresarial, mas seus resultados são claramente visíveis no sucesso dos profissionais que a empregam.

Notas:

As afirmações do entrevistado não caracterizam uma posição oficial da Petrobras.

A entrevista foi realizada por Angelo A. S. Sampaio no dia 26/08/17.

Reflexões de B. F. Skinner sobre Educação e contribuições para a Psicologia Escolar

Victor Hugo de Souza

A Educação foi um tema de interesse que acompanhou Skinner por toda sua carreira. Em muitos de seus textos é possível encontrar reflexões sobre o ensino, a escola, as relações estabelecidas no ambiente escolar e o sistema educacional como um todo.

Dentre essas contribuições, algumas foram mais divulgadas ao longo das últimas décadas de produção em Psicologia Escolar e Educacional, enquanto outras foram como que deixadas de lado ou mal compreendidas. É provável que psicólogos educacionais e professores tenham certo conhecimento acerca de propostas metodológicas para ensino-aprendizagem extraídas dos textos de Skinner e de outros analistas do comportamento, a instrução programada, por exemplo. Entretanto, que é bastante incomum é que conheçam as reflexões mais amplas que o autor empreendeu, dentro das quais tais propostas ganham sentido.

O texto de Flores (2017) busca fazer um apanhado de tais reflexões que estão fundamentadas na Análise Experimental do Comportamento e no Behaviorismo Radical e a partir delas estabelecer um diálogo com o que tem sido produzido no campo da Psicologia Escolar, especialmente

no Brasil. Para tanto, a autora divide seu texto em dois momentos. Inicia-o apresentando (a) as críticas feitas por Skinner à forma como a Educação era conduzida, nas escolas e nas universidades e (b) a visão do autor acerca dos objetivos da Educação no fortalecimento da cultura para, em seguida, esboçar traços de uma proposta para atuação em psicologia escolar considerando as contribuições de analistas do comportamento.

O ambiente hostil e punitivo da escola é o primeiro apontamento feito por Skinner listado no texto. De acordo com o autor, as contingências estabelecidas na rotina escolar são em sua grande maioria para controle coercitivo. O estudante se engaja em atividades principalmente para fugir de punições (que no passado aconteciam através de castigos físicos, mas que na atualidade se mantém em práticas como humilhação, notas baixas e reprovação). O uso excessivo de controle aversivo em detrimento de

reforçamento positivo também se evidencia na falta de sentido que permeia a aprendizagem de conteúdos escolares. O estudante não sabe o porquê deve aprender tudo aquilo e dificilmente relata encontrar sentido para todo esforço que faz.

Ao focar o trabalho docente, a crítica de Skinner incide sobre as práticas de ensino que pouco ensinam, o que ele chamou de método “mande ler e verifique”, muito em voga nas universidades. Para o autor, tais condições são recorrentemente insuficientes e a responsabilidade de aprender recai completamente sobre o aluno, assim como seu eventual fracasso, sem que com isso sejam levantadas reflexões acerca do que os professores poderiam fazer para facilitar e mesmo garantir a aprendizagem. Essa postura, a da individualização da responsabilidade pelo aprender e pelo fracasso, também esvazia o papel do professor, no sentido de que faz crer

que o professor nada pode fazer para mudar a realidade e que ele nada tem de implicação com os resultados da educação. Nas palavras de Skinner: “nós não ensinamos, nós meramente criamos uma situação em que o estudante ou aprende ou é condenado” (Bjork, 1997 citado por Flores, 2017).

Outro apontamento feito pelo autor diz respeito à forma como a psicologia se aproximou da educação (Skinner, 1973/78a). Para ele, as teorias do desenvolvimento, que enfocam as etapas alcançadas pelas crianças, são interpretadas pelos professores como uma prova do inatismo e, sendo assim, nada podem fazer quanto ao desenvolvimento, apenas esperar que ele aconteça. Lira (2014) constatou em pesquisa recente que é comum os professores do ensino infantil não compreenderem a relação entre as suas práticas cotidianas de ensino em sala de aula e o desenvolvimento do aluno. Em tais concepções, o papel das

contingências para promoção de condições que são pré-requisitos para aprendizagem e do desenvolvimento é negligenciado.

As concepções estáticas do desenvolvimento acabam por engessar as possibilidades de ação, tanto de professores como de psicólogos na escola. Skinner (1978b) também aponta o fato de que muitas propostas de ensino se fundamentam em uma concepção que naturaliza a curiosidade, criatividade, interesse do estudante. Desconsiderando o que pode ser feito para ajudar na aprendizagem de comportamentos criativos e no incentivo para criar interesse, curiosidade e motivação no estudante. No mesmo sentido, também se naturaliza a docência, que passa a ser encarada como uma espécie de dom e não como conjunto de comportamentos que podem ser aprendidos. Por fim, pouco é feito para ensinar ao estudante como aprender e ao professor como ensinar (Skinner, 1973/1978a).

Um dos efeitos do fracasso das tentativas de empreender melhorias nas práticas de ensino foi a proliferação de teorias que apelavam para a espontaneidade da aprendizagem e do interesse do aluno. As propostas passaram a conter um caráter descrito como promotor de “liberdade”, ao estudante era oportunizado aprender em contato direto com ambiente, com pouca ou nenhuma instrução. Mas Skinner (1973/1978a) ressalta que o mero contato com o ambiente não é a forma mais eficaz para que os estudantes aprendam tudo que pretendemos ensinar para futuras gerações. As contingências estabelecidas pela natureza não são suficientes para a propagação da cultura em toda sua complexidade. O autor nos lembra de que alguns dos nossos valores de maior prestígio, como autonomia e a democracia, são conquistas coletivas e não individuais e para tanto, não são inventadas novamente por cada novo membro da cultura, mas transmitidas em práticas de ensino específicas para tal.

Adiante, Flores (2017) faz uma enumeração de três considerações importantes para atuação do psicólogo escolar analista do comportamento, e finaliza apresentando uma proposta

“Skinner ressalta que o mero contato com o ambiente não é a forma mais eficaz para que os estudantes aprendam tudo que pretendemos ensinar para futuras gerações. As contingências estabelecidas pela natureza não são suficientes para a propagação da cultura em toda sua complexidade.”

já consolidada na área, o Suporte Sistêmico a Comportamentos Positivos (SWPBS – School-Wide Positive Behavior Support). As três considerações são descritas a seguir.

O foco deve estar na aprendizagem: a autora sugere que a escola, com a ajuda do psicólogo escolar livre-se de “contingências cerimoniais” que exigem do aluno comportamentos que apenas reforçam sua submissão e obediência a qualquer custo e que mantenha, na medida do possível, apenas “contingências tecnológicas” que vão de fato ser úteis para promover aprendizagem. Um exemplo é o levantamento feito por Ravthon (1999) que descreve uma série de intervenções baseadas em evidências para ensino de escrita.

O comportamento não deve ser concebido como intrínseco ou imutável: é comum que psicólogos sejam chamados na escola para realizarem avaliação e diagnósticos em crianças com dificuldades no processo de

escolarização. Essa postura está pautada na concepção de que o problema está na criança e, portanto, ceder a ela é atuar para fortalecer a estigmatização. Na busca por encontrar outros culpados e superar essa estigmatização, psicólogos e professores encontram na família um bode expiatório que prove-rá a explicação menos individualizada. Em ambos os casos o problema permanece, as contingências vividas na escola tendem a se manter e o tratamento/intervenção ainda é realizado sobre a criança e pouco é feito para modificar as práticas culturais escolares que geram o fracasso e os desajustamentos. Crone e Horner (2003) propõem que o ensino da abordagem funcional do comportamento pode ajudar professores a encontrar novas formas de interpretar as relações e planejar intervenções melhor contextualizadas.

O olhar deve ser funcional: o estudo do comportamento tem tornado evidente a relação funcional que se estabelece entre as ações do

indivíduo e suas condições antecedentes e consequentes. Analistas do comportamento utilizam a análise de contingências, ou análise funcional, para compreender melhor o comportamento e suas razões e assim poder intervir sobre sua ocorrência de forma mais acertada. A autora do texto apresenta bons exemplos de como essas relações funcionais são ignoradas na formulação das queixas escolares e através de um caso narrado exemplifica como é possível elucidar relações de reforço que passam despercebidas na rotina, mas que são muito importantes para compreender como as queixas se estabelecem.

É comum que as escolas recorram aos trabalhos de psicólogos para que realizem palestras informativas, minicursos e oficinas, no intuito de melhorar a formação dos professores e profissionais. Essas ações acabam tendo efeito apenas temporário e mesmo que promovam mudanças, tendem a não ser duradouras. Para ampliar as possibilidades,

Flores (2017) sugere uma postura de Coaching ou consultoria prestada pelo profissional da psicologia, voltada não apenas à instrução dos professores, mas ao acompanhamento do processo de implementação das estratégias comportamentais. Para Seniuk et al. (2013) é fundamental que o psicólogo, tendo realizado o diagnóstico e o plano de ação coletivamente, auxilie os membros da equipe escolar na implementação de mudanças e análises constante dos efeitos provocados. O propósito é que os professores aprendam e se tornem autônomos em identificar a raiz das queixas, implementar projetos coerentes e fazer ajustes necessários ao longo do processo de mudança, tudo isso com auxílio das ferramentas de análise funcional.

Para propor estratégias cabíveis que serão implementadas pela equipe escolar, é importante que o psicólogo saiba realizar um bom levantamento das práticas já estabelecidas e partir delas ampliar e aperfeiçoar o

repertório dos demais profissionais, rumo à autonomia deles. Aqui, não mais se planeja intervenções sobre estudantes específicos, mas sobre toda comunidade que sustenta práticas culturais que tem gerado desajustamentos e exclusão.

O SWPBS é um conjunto de práticas interventivas no contexto escolar que visam a prevenção de comportamentos incompatíveis com os valores adotados pela comunidade escolar. A proposta é uma alternativa às medidas coercitivas que se estabelecem e ganham força quando se empreende a tentativa de reprimir comportamentos inadequados, que focalizam, portanto, o problema. A abordagem consiste em unir os agentes da escola (alunos, professores, pais e equipe) na elaboração e implantação de políticas amplas que favoreçam a emergência de comportamentos congruentes com os valores almejados por todos. Sprague & Walker (2005)

ressaltam que o diferencial do SWPBS está no fato de que se fundamenta nos princípios da análise funcional do comportamento e tem o foco na prevenção. Alguns efeitos relatados pelos autores são o incentivo às práticas positivas que se desenvolvem no ambiente escolar a partir do estabelecimento de contingências de reforço adequadas e a melhoria no clima geral da escola. Solomon et al. (2012) realizaram um estudo no qual encontraram relatos de 16 experiências de aplicação do SWPBS e os resultados mostraram redução de medidas disciplinares coercitivas e ineficazes aplicadas pelas escolas.

Por fim, a autora indica uma série de referências para aqueles que gostariam de conhecer melhor as possibilidades de trabalho em psicologia escolar sob a ótica da Análise do Comportamento e reitera seu interesse em estabelecer diálogo com demais abordagens que têm trabalhos consolidados no campo.

“ O SWPBS é um conjunto de práticas interventivas no contexto escolar que visam a prevenção de comportamentos incompatíveis com os valores adotados pela comunidade escolar. A proposta é uma alternativa às medidas coercitivas que se estabelecem e ganham força quando se empreende a tentativa de reprimir comportamentos inadequados, que focalizam, portanto, o problema.”

Um resumo de: Flores, E. P. (2017). Análise do Comportamento: Contribuições para a Psicologia Escolar. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1).

Referências

Bjork, D. W. (1997). *BF Skinner: A life*. Washington, DC: American Psychological Association.

Crone, D. A. & Horner, R. H. (2003). *Building Positive Behavior Support Systems in Schools: Functional Behavioral Assessment*. New York, NY: Guilford Press.

Lira, P. G. R. (2014). *Concepções de professoras da educação infantil sobre teorias do desenvolvimento psicológico e sobre a relação estabelecida entre estas e suas práticas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

Seniuk, H. A., Witts, B. N., Williams, W. L., & Ghezzi, P. M. (2013). Behavioral Coaching. *The Behavior Analyst*, 36(1), 167-172.

Skinner, B. F. (1978a). Some implications of making education more efficient. In B. F. Skinner (Org.), *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 129-139). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. (Original work published em 1973, reimpresso de C. E. Thorsen (Ed.), *Behavior Modification in Education*, Chicago: National Society for the Study of Education.

Skinner, B. F. (1978b). The free and happy student. In B. F. Skinner (Org.), *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 140-148). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. [Original work published em 1973, reimpresso de C.E. Thorsen (Ed.), *Behavior Modification in Education*, Chicago: National Society for the Study of Education.]

Solomon, B. G., Klein, S. A., Hintze, J. M., Cressey, J. M., & Peller, S. L. (2012). A meta-analysis of school-wide positive behavior support: An exploratory study using single-case synthesis. *Psychology in the Schools*, 49(2), 105-121.

Sprage, J. R. & Walker, H. M. (2005). *Safe and healthy schools: Practical prevention strategies*. New York, NY: Guilford Press.

Como tornar a ciência mais reprodutível?

Gabriel Paes de Barros Gonçalves

“Qual proporção de pesquisas publicadas é provável que sejam falsas?” Com esse questionamento Munafò et al. (2017) iniciam o artigo intitulado *A manifesto for reproducible science*. O estudo é resultado do trabalho de dez pesquisadores de diversas áreas, como Psicologia, Estatística e Medicina, preocupados com a produção científica. Os autores

elencam problemas e apresentam dados que indicam baixa reprodutibilidade de pesquisas publicadas, então discutem possibilidades para o aumento da confiabilidade e eficiência de pesquisas científicas.

O primeiro ponto discutido pelos autores é em relação ao rigor metodológico de pesquisas. A interpretação dos dados coletados pode passar por *vieses cognitivos*, que inclui o chamado “autoengano”. Pesquisadores podem enviesar a forma como conduzem seus estudos baseados em hipóteses previamente estabelecidas. Uma solução para evitar tais vieses é aplicar procedimentos cegos, isto é, privar participantes e quem coleta dados de informações sobre as condições experimentais em alguns casos. Isso diminui as chances de os resultados serem tratados nos termos das hipóteses do estudo.

Os autores também defendem que sempre deve haver treinamento metodológico. Tanto

pesquisadores novos quanto os experientes devem colocar suas práticas sob constante revisão. Mufalò et al., no entanto, reconhecem a falta de ensino formal de aspectos metodológicos e sugerem que uma saída para isso seja desenvolver recursos educacionais que sejam acessíveis, fáceis de digerir e aplicáveis à pesquisa de maneira imediata e efetiva. Como exemplo desses recursos, eles apresentam o [Experimental Design Assistant](#), que é uma ferramenta online que ajuda pesquisadores em aspectos da pesquisa, como em relação ao número de sujeitos necessários condizente com os objetivos propostos, a métodos para evitar viés subjetivo e às análises estatísticas apropriadas.

Outra medida metodológicas apresentada envolve colaboradores externos à pesquisa. Mufalò et al. sugerem a implementação de comitês que forneçam suporte metodológico independente. Esses comitês incluem pesquisadores que não sejam ligados à pesquisa

nem a órgãos financiadores dessas pesquisas, novamente para evitar vieses nas mesmas. A exemplo disso, existe o [Independent Statistical Standing Committee](#), que disponibiliza diversos serviços, como assistência especializada no desenvolvimento de protocolos e planos de análises estatísticas para pesquisas sobre a doença de Huntington.

Mufalò et al. defendem também o incentivo ao *team science*. *Team science* é um esforço colaborativo de pesquisadores de diversas áreas e lugares para desenvolver pesquisas de maneira menos centralizada e de caráter multidisciplinar. Os autores afirmam que esse modo de se fazer pesquisa pode ser uma solução para estudos metodologicamente fracos.

Além da preocupação metodológica, o artigo traz a importância da comunicação da pesquisa. Estudos que têm resultados positivos são mais prováveis de serem divulgados que estudos cujos resultados são negativos. Uma

consequência disso na literatura é um foco em determinados aspectos de um fenômeno enquanto outros são ignorados.

Como forma de lidar com esse problema no relato de pesquisa, Mufalò et al. sugerem pré registros e pré especificações do delineamento do estudo. Nesse sentido, algumas revistas revisam o estudo antes da coleta de dados e depois de finalizado. Isto implica em decisões metodológicas e de análise de dados anterior à coleta dos mesmos, diminuindo possíveis vieses na interpretação dos resultados.

Ainda sobre a comunicação da pesquisa, é preciso que haja transparência a respeito do que realmente foi feito no processo de aplicação e análise de dados. No artigo é defendido que haja procedimentos padronizados de relato de pesquisas. Esse esforço já tem sido feito e existem guias que periódicos podem adotar como padrão de publicação, como o *Transparency and Openness*

Promotion (TOP), o *Consolidated Standards of Reporting Trials* (CONSORT) para tentativas randomizadas, o *Systematic Reviews and Meta-analyses* (PRISMA) e o PRISMA-P, para revisões sistemáticas.

O uso de guias acima citados podem também ajudar a resolver o problema da reprodutibilidade do conhecimento científico. Mufalò et al. defendem acesso aberto ao conhecimento científico produzido e isso inclui transparência nas pesquisas em todos os seus aspectos, seja na metodologia planejada e aplicada, na coleta e análise de dados e também na interpretação desses. Desse modo, a credibilidade de um estudo não dependeria de confiança do leitor, pois todo o processo envolvido na produção do conhecimento estaria disponível.

A preocupação com a credibilidade de um estudo passa também pela avaliação desse estudo. Para isso, o artigo defende a diversificação da revisão por pares. A maneira

tradicional de se fazer essa revisão por pares é submetendo um estudo concluído a algum periódico e esperar algum tempo, talvez alguns meses, para a resposta sobre o manuscrito submetido. Quem avalia são revisores anônimos selecionados pelo periódico.

Uma alternativa à maneira tradicional de revisão por pares é o sistema de *preprints*, que consiste na disponibilização do manuscrito, normalmente concluído, em um servidor ao qual outros pesquisadores da área têm acesso e podem atuar como revisores, tecendo críticas e apontando sugestões. Esse sistema de revisão acelera a disseminação do conhecimento. Na Psicologia, esse serviço existe por meio do *PsyArXiv*.

A última medida discutida por Mufalò et al. diz respeito a incentivos a pesquisas. Os autores expõem que as pesquisas não têm a mesma

chance de serem publicadas. Resultados novos e positivos têm maior probabilidade de serem publicados e publicação é um fator de importância para pesquisadores no mercado. A consequência disso, muitas vezes, é a adaptação do pesquisador ao que a comunidade científica ou os órgãos de fomento preferem que seja estudado, mesmo que isso implique em menor acurácia nas pesquisas.

Os autores reconhecem que mudar incentivos de pesquisa demanda esforço de muitas partes envolvidas na pesquisa e que resultados novos sempre serão valorizados. Entretanto, é possível estabelecer outros critérios para incentivo, como eficácia, eficiência, transparência e reprodutibilidade. A exemplo disso, o periódico *Psychological Science* (PSCI) passou a atribuir emblemas a estudos que apresentem dados abertos e a frequência desses estudos

no periódico, que era menor que 10%, passou para 38% em menos de dois anos.

Todas as medidas apresentadas são no sentido de construir um conhecimento científico acessível e reprodutível. Os desafios para alcançar esse objetivo envolvem esforços de muitas pessoas, como pesquisadores, revisores, organizações independentes e órgãos de fomento. Os pontos aqui apresentados são apenas algumas contribuições da ciência para o crescimento robusto da própria ciência.

Um resumo de: Munafò, M. R., Nosek, B. A., Bishop, D. V. M., Button, K. S., Chambers, C. D., Pierce du Sert, N., Simonsohn, U., Wagenmakers, E., Ware, J. J., & Ioannidis, J. P. A. (2017) A manifesto for reproducible science. *Nature Human Behavior*, n.1, 2017. doi:10.1038/s41562-016-0021

Punição e supressão em uma replicação de Skinner (1938) utilizando o Jato de Ar Quente

Eveline Maria Nogueira Silva

O livro “The Behavior of Organisms” de Skinner, publicado em 1938, é composto por inúmeros estudos realizados à época pelo referido autor e embasou, em seu primórdio, a

construção dos conceitos utilizados até hoje na Análise do Comportamento. Em um desses experimentos (1938, p.154), Skinner ressaltou a supressão competitiva em um experimento que empregou a extinção após a punição. Os estudos posteriores que tentaram replicar o experimento de Skinner não obtiveram sucesso em obter os mesmos resultados ou ainda encontraram outros novos. Nesse sentido, o presente artigo aqui resumido teve por objetivo replicar sistematicamente o experimento de Skinner, utilizando como estímulo aversivo o Jato de Ar Quente (JAQ). Dessa forma, criando uma boa oportunidade para a contínua discussão sobre os temas pilares para a área.

A supressão do comportamento é um assunto bastante discutido dentro da Análise do Comportamento. As principais teorias neste debate se diferem em dois polos: supressão direta ou supressão competitiva. A supressão direta seria fruto do aprendizado direto

da relação entre o comportamento e a consequência, por meio da qual a punição diminuiria a probabilidade do responder (Arzin & Holz, 1966; Catania, 1998). A supressão competitiva seria resultado de um deslocamento comportamental. Ou seja, a punição produziria respostas que competiriam com o comportamento sob punição. (Sidman, 1989; Skinner, 1953)

O experimento realizado por Skinner, em 1938, foi um dos primeiros e mais famosos a ressaltar a supressão competitiva. Neste estudo (1938, p.154), oito ratos, previamente submetidos à privação de alimento, foram treinados a pressionar a barra sob um esquema de reforçamento em Intervalo Fixo (FI) de 4 minutos por três sessões. Posteriormente, os ratos foram distribuídos igualmente em dois grupos que passaram por duas sessões de 120 minutos de extinção. O grupo controle passou apenas pelas sessões de extinção. O grupo experimental passou pela mesma quantidade

de sessões e tempo, porém, nos primeiros 10 minutos da primeira sessão, a resposta de pressão à barra foi punida por um movimento reverso da barra que gerava um tapa na pata dos sujeitos. Skinner hipotetizou que se a punição reduz diretamente a probabilidade do responder, então os ratos que foram submetidos à punição emitiriam menos respostas no decorrer da extinção. Contudo, não foi isso o que aconteceu! No grupo experimental, uma vez passados os 10 minutos da contingência de punição, a taxa de resposta cresceu abruptamente. No final da segunda sessão de extinção, ambos os grupos emitiram um número similar de respostas (Figura 1).

Baseado nos dados obtidos, Skinner (1938) afirmou que a punição não afetava a probabilidade de resposta sozinha, mas que produzia uma rajada de respostas que preveniam os sujeitos de pressionar a barra. Estas respostas em rajadas foram denominadas respostas emocionais.

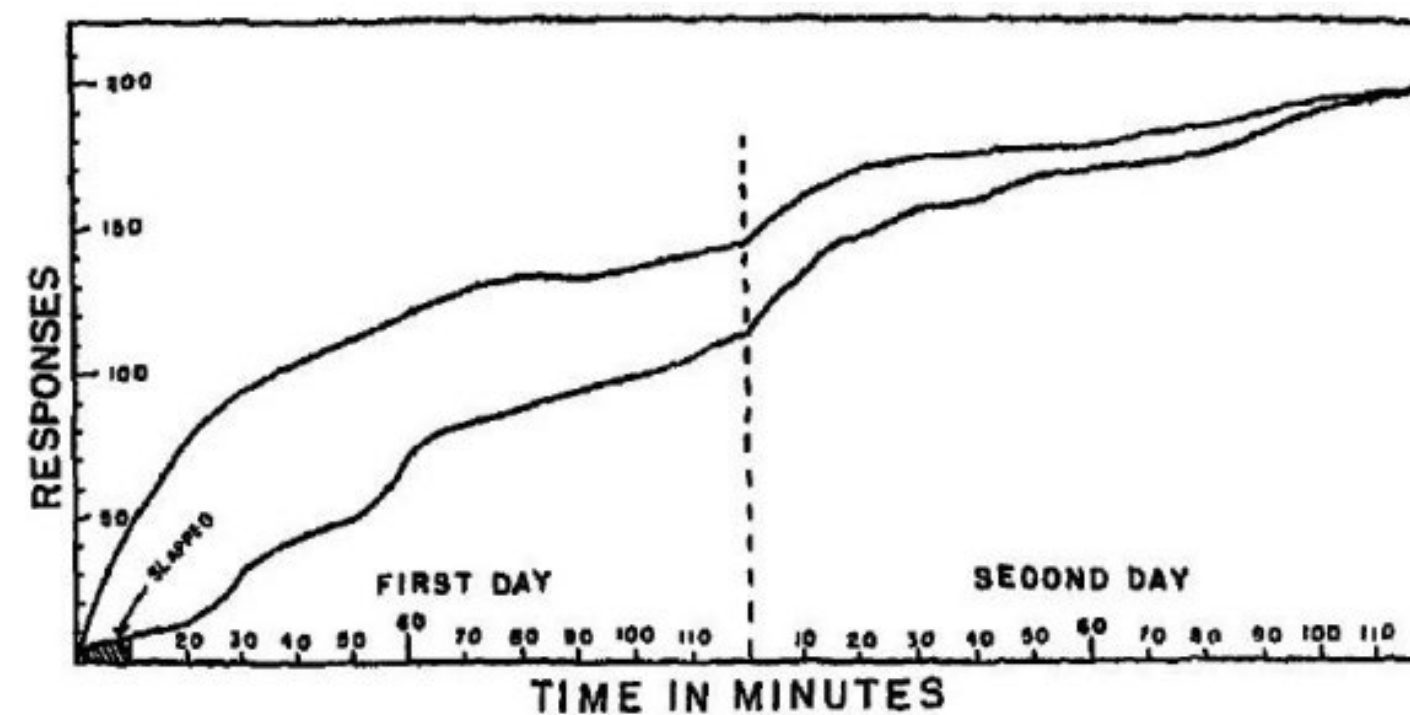


Figura 1 Fonte: Skinner (1938, p.154)

Outros dois estudos fizeram tentativas de replicar o experimento de Skinner (1938). Contudo, ambos substituíram o estímulo aversivo de “tapa na pata” pelo choque elétrico. Estes (1944, Experimento A) conseguiu reproduzir os mesmos resultados de Skinner (1938). Enquanto que Boe e Church (1967, Experimento 1) manipularam uma variedade maior de intensidades de choques e observaram menos respostas nos grupos punidos, mesmo nas menores intensidades.

O artigo de que trata este resumo utilizou como estímulo aversivo o Jato de Ar Quente (JAQ), promissora alternativa ao choque elétrico, uma vez que este último, apesar de ser uma boa alternativa no que tange o seu controle experimental (Dismoor, 1998), pode produzir um arranjo de reações fisiológicas (Flaherty, 1985). Desde 2005, o JAQ tem sido testado em diferentes contingências aversivas, provando-se funcionalmente equivalente ao choque elétrico, com o benefício de ser um estímulo que não elicia respostas fisiológicas incompatíveis (Nascimento & Carvalho Neto, 2011). A aversividade do JAQ se encontra na combinação das suas propriedades (Rodrigues, Nascimento, Cavalcante, & Carvalho Neto, 2008) e parece ser efetivo após 3 segundos de exposição (Mayer et al., 2015).

O estudo em questão replicou sistematicamente o experimento de Skinner (1938) utilizando como estímulo aversivo o JAQ, buscando verificar seus efeitos punitivos sobre

a probabilidade de uma classe de respostas que é punida durante a extinção. Foram utilizados seis ratos (*Long-evans*) com três meses de idade, privados de água (48 horas) e duas caixas de condicionamento operante (Mod. 3, Equipamento Insight) adaptadas, com dois secadores de cabelo (Revlon, Modelo RV429AB) colocados no topo da caixa. Ainda, as caixas possuíam no teto uma grade de ferro que possibilitava a liberação do JAQ e o chão feito de acrílico para evitar o seu aquecimento.

O experimento foi composto por três fases. A fase 1, foi composta por oito sessões, nas quais a resposta de pressão à barra foi modelada, reforçada continuamente (CRF) e colocada em extinção. Na Fase 2, os sujeitos foram designados randomicamente para os dois grupos: Extinção (EXT) e JAQ. As sessões dos sujeitos JAQ foram conduzidas nas caixas adaptadas. As sessões de ambos os grupos eram compostas por três sessões de

60 minutos em esquema de reforçamento FI de 4 minutos. A fase 3 possuía duas sessões de duas horas de extinção, nas quais o grupo JAQ, nos primeiros 10 minutos, foi punido com JAQ (5 segundos) a cada resposta de pressão à barra.

Skinner (1938) demonstrou os dados através das médias do grupo controle e experimental ao longo das sessões. Nessa lógica, os resultados de Mayer e Carvalho Neto (2016) mostraram que o grupo experimental JAQ realizou menos pressões à barra durante os 10 minutos iniciais de punição, quando comparado ao grupo controle. Contudo, essa diferença decresce ao longo das sessões de extinção e, após os 100 minutos, os grupos não apresentam diferença no que se refere ao número de pressões à barra.

Observando os dados individualmente foi possível verificar que todos os sujeitos no grupo JAQ responderam menos que os do grupo

EXT, nos primeiros 10 minutos da sessão de extinção. Contudo, maiores taxas de resposta foram observadas no grupo JAQ no intervalo entre 10 minutos e 30 minutos da sessão.

O estudo em questão corroborou os resultados que foram encontrados por Skinner (1938), no qual os animais que foram expostos à punição emitiram menos respostas durante a punição, mas recuperaram o responder após a punição ter cessado, apresentando, ao final do experimento, um número de respostas total similar ao grupo não punido.

Foi observado também que o total de contatos com o punidor não foi preditor da manutenção da supressão, assim o sujeito que foi mais exposto à punição foi o mesmo que realizou mais respostas durante a extinção (sujeito HAB2). Não há uma relação linear entre os números de respostas na fase 2 e fase 3 no grupo EXT e existe uma relação inversa no grupo JAQ.

No intuito de explicar os resultados similares ao final do experimento, Skinner (1938/1991) referiu-se às respostas competitivas que teriam sido eliciadas (condicionada e incondicionada) e competiriam com o pressionar à barra. Contudo, Mayer e Carvalho Neto (2016) não sugerem que as respostas competitivas e emocionais causam a supressão em todos os ambientes de punição, posto que efeitos semelhantes podem ser ocasionados quando um barulho ou uma mudança ambiental ocorre. No estudo de Boe e Church (1967) a supressão foi mantida por 9 horas de extinção. Assim, talvez não seja possível supor que as respostas competitivas ainda estariam em vigor.

Rachlin (1966) observou que quando o choque elétrico é aplicado há dois efeitos, uma supressão forte e imediata e uma gradual estabilização. Bolles, Uhl, Wolfe, e Chase (1975) verificaram em seu experimento a

“Quando o choque elétrico é aplicado há dois efeitos, uma supressão forte e imediata e uma gradual estabilização.”

necessidade de longas exposições à punição para que essa contingência fosse aprendida e que propriedades eliciadoras do choque nem sempre vão competir com o operante. Baseados nessas análises, Mayer e Carvalho Neto (2016) consideram que um número maior de exposições seria necessário para afetar a probabilidade da resposta observada. O estudo dos referidos autores também levanta a preocupação pela busca de uma única explicação para a supressão ocasionada por punição, uma vez que poderia ser ocasionada por mais de um processo.

Nos experimentos envolvendo punição frequentemente a questão da recuperação espontânea da resposta é debatida. Na própria literatura da área ela é descrita utilizando diferentes termos, baseados em diferentes construtos (Linscheid, Iwata, Ricketts, Williams, & Griffin, 1990; Azrin & Holz, 1966; Okouchi, 2015; Rasmussen, 2006; Bouton, 2014; Bouton & Schepers, 2015), o que dificulta o trabalho na área. No que se refere especificamente ao JAQ, apesar de ter sido observada a recuperação da resposta, o estímulo, enquanto esteve vigente, suprimiu as respostas.

Mayer e Carvalho Neto (2016) realizam uma importante replicação de um dos estudos clássicos de Skinner (1938) e levantam importantes questões relativas à efetividade da supressão e à manipulação desses estímulos que produzem uma mudança drástica no ambiente, como o JAQ.

Um resumo de: Mayer, P. C. M., & Carvalho Neto, M. B. (2016). *A systematic replication of Skinner (1938) using a hot air blast as the punisher*. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12 (2), 126-132.

Referências aqui presentes também encontradas no artigo:

Azrin, N. H. & Holz, W. C. (1966). Punishment. In: W. K. Honig (Ed.), *Operant behavior: areas of research and application* (pp. 380-447). New York: Appleton-Century-Crofts.

Boe, E. E., & Church, R. M. (1967). Permanent effects of punishment during extinction. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 63(3), 486-492.

Bolles, R. C., Uhl, C. N., Wolfe, M., & Chase, P. B. (1975). Stimulus learning versus response learning in a discriminated punishment situation. *Learning and Motivation*, 6(4), 439-447.

Bouton, M. E., & Schepers, S. T. (2015). Renewal after the punishment of free operant behavior. *Journal of Experimental Psychology: Animal Learning and Cognition*, 41(1), 81-90.

Bouton, M. E. (2014). Why behavior change is difficult to sustain. *Preventive Medicine*, 68, 29-36.

Catania, A. C. (1998). *Learning*, 4th ed. Upper Saddle River: Prentice Hall.

Church, R. M. (1969). Response suppression. In: B. A. Campbell & R. M. Church (Eds.), *Punishment and aversive behavior* (pp. 111-156). New York: Appleton-Century-Crofts.

Dinsmoor, J. A. (1998). Punishment. In: W. T. O'Donohue (Ed.), *Learning and behavior therapy* (pp. 188-204). Boston: Allyn & Bacon.

Estes, W. K. (1944). An experimental study of punishment. *Psychological Monographs*, 57(3), 1-40.

Flaherty, C. F. (1985). *Animal learning and cognition*. New York: McGraw-Hill.

Linscheid, T. R., Iwata, B. A., Ricketts, R. W., Williams, D. E., & Griffin, J. C. (1990). Clinical evaluation of the self-injurious behavior inhibiting system (SIBIS). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 23(1), 53-78.

Mayer, P. C. M., Silva, G. F., & Carvalho Neto, M. B. (2015). Punishment of instrumental and consummatory responses with a hot air blast in rats. *Behavior Analysis: Research and Practice*, 15(1), 58-64.

Nascimento, G. S., & Carvalho Neto, M. B. (2011). Supressão condicionada com diferentes estímulos aversivos: choque elétrico e jato de ar quente. *Acta Comportamentalia*, 19(3), 269-280.

Okouchi, H. (2015). Resurgence of two-response sequences punished by point-loss response cost in humans. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 41(2), 137-154.

Rachlin, H. (1966). Recovery of responses during mild punishment. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 9(3), 251-263.

Rasmussen, E. B. (2006). "Behavior-releasing" effects of drugs: anti-punishment and anti-conflict procedures. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 32(1), 73-91.

Rodrigues, B. D., Nascimento, G. S., Cavalcante, L. C., & Carvalho Neto, M. B. (2008). Efeitos da punição de uma classe de respostas usando diferentes dimensões e intensidades do jato de ar quente. *Brazilian Journal of Behavior Analysis*, 4(2), 231-241.

Sidman, M. (1989). *Coercion and its fallout*. Boston: Authors Cooperative.

Skinner, B. F. (1938/1991). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. Cambridge: B.F. Skinner Foundation.

Aproximações entre o feminismo e a Análise do Comportamento

Cindy Vaccari

O feminismo é uma maneira de analisar as relações sociais pela ótica do gênero, sendo também relevante como um movimento que busca a transformação de tais relações, diminuindo a desigualdade entre homens e

mulheres. Embora seja pesquisado em diferentes disciplinas, ainda são poucas as produções que relacionam a filosofia do Behaviorismo Radical e as aplicações analítico-comportamentais com o feminismo. Tais produções são avaliadas no artigo de Couto e Dittrich (2017), denominado “Feminismo e Análise do Comportamento: Caminhos para o diálogo”. Os autores têm como objetivos revisar as produções já existentes sobre feminismo em periódicos de Análise do Comportamento e analisar possíveis aproximações teórico-práticas entre os dois campos do conhecimento.

De forma a cumprir o primeiro dos objetivos, os autores realizaram uma revisão bibliográfica buscando a palavra-chave “feminismo” e sua correspondente em inglês (feminism) em um conjunto de periódicos

analítico-comportamentais, nacionais e internacionais. Ao final, foram analisados sete artigos, encontrados em cinco periódicos (Behavior and Philosophy, Behavior and Social Issues, The Behavior Analyst, The Behavior Analyst Today e Perspectivas em Análise do Comportamento). Além dos sete artigos, também foi acrescentado mais um que se relacionava ao tema pesquisado, de conhecimento da primeira autora e que não foi publicado em um periódico de Análise do Comportamento.

Entre os artigos internacionais, a maioria é de autoria ou coautoria de Maria R. Ruiz, analista do comportamento norte-americana que faleceu em 2017. Em tais artigos, a autora discute diferentes assuntos relacionados à compatibilidade entre as filosofias do feminismo e da Análise do Comportamento

– por exemplo, o foco no contexto dos comportamentos, e as críticas ao internalismo, biologicismo e livre-arbítrio.

O único texto internacional encontrado que não é de autoria de Maria R. Ruiz é o de Wolpert (2005), que realiza uma análise feminista multicultural do livro *Walden Two*, de B. F. Skinner. Muito embora Skinner apresente uma crítica a respeito do papel das mulheres como donas de casa, no prefácio da republicação de *Walden Two*, Wolpert (2005) avalia que, na obra, o papel da mulher é limitado

“ Skinner não se aprofundou nas discussões relacionadas ao gênero, sexualidade e raça.”

enquanto personagem secundário, e Skinner não se aprofundou nas discussões relacionadas ao gênero, sexualidade e raça.

No Brasil, dois artigos recentes relacionam o feminismo com a Análise do Comportamento. O primeiro, de Fideles e Vandenberghe (2014), analisa possíveis interlocuções entre a terapia feminista e a Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP). O segundo, de Silva e Laurenti (2016), relaciona a teoria do Behaviorismo Radical com o posicionamento filosófico de Simone de Beauvoir.

Além dos dois artigos em português, é relevante citar o trabalho do Coletivo Marias e Amélias de Mulheres Analistas do Comportamento, do qual a primeira autora faz parte. O coletivo é responsável por ministrar cursos e palestras relacionados ao feminismo em eventos de Análise do Comportamento em diferentes regiões brasileiras, além de

promover, desde 2015, um grupo de interesse específico sobre feminismo nos encontros da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC).

Após a realização da revisão das pesquisas existentes sobre feminismo e Análise do Comportamento, Couto e Dittrich (2017) avaliam que a diálogo entre tais áreas pode ser produtivo por diferentes motivos. A aproximação do feminismo com a Análise do Comportamento pode ser relevante para esclarecer variáveis relacionadas à desigualdade de gênero, que afetam não apenas a produção analítico-comportamental, mas sua aplicação. Já a teoria analítico-comportamental pode auxiliar o feminismo ao fornecer ferramentas para identificação do controle social em uma sociedade predominantemente patriarcal, assim como auxiliar na criação de mecanismos de contracontrole e na avaliação de tais mecanismos.

“As aproximações entre as áreas devem ser feitas de maneira cuidadosa e respeitosa, não desmerecendo o conhecimento já existente no feminismo, com o propósito de ‘corrigir problemas’.”

Couto e Dittrich (2017) destacam, por fim, que as aproximações entre as áreas devem ser feitas de maneira cuidadosa e respeitosa, não desmerecendo o conhecimento já existente no feminismo, com o propósito de “corrigir problemas”. Considerar que a teoria analítico-comportamental é “superior” ao feminismo é correr o risco de fracassar na aproximação entre as duas áreas.

Resumo de: Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158.

Referências

- Fideles, M. N. D. & Vandenberghe, L. (2014). *Psicoterapia analítica funcional feminista: Possibilidades de um encontro*. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.
- Wolpert, R. S. (2005). *A multicultural feminist analysis of Walden Two*. *The Behavior Analyst Today*, 6, 186-190.